

Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Greve de auditores trava liberação de 50 mil encomendas em Guarulhos e Viracopos 4

REVISTA VEJA - A SEMANA CONGRESSO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Muita pressa, pouco avanço 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo faz esforço fiscal até debaixo d'água 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Pacote fiscal e venda de dólares seguram o câmbio - NAS ENTRELINHAS 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Câmara aprova PEC, mas mantém supersalários 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Estudo estima R\$ 11,1 bi além do teto do funcionalismo 10

REVISTA VEJA - A SEMANA CONGRESSO
SERVIDOR PÚBLICO

O teto do teto 11

REVISTA VEJA - RETROSPECTIVA 2024
SERVIDOR PÚBLICO

Chacoalhada radical 12

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

A semente da próxima crise dos Estados (Editorial) 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária: relator defende sanção sem vetos 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

IFI: só superávits acima de 2,4% estabilizam dívida 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Parte mais complexa da reforma foi superada, defende Appy 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para relator, governo não fará vetos 'de mérito' em texto da reforma tributária 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo precisa sancionar logo texto de uma reforma histórica (Editorial) 25

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária em poucas linhas - OPINIÃO JURÍDICA 27

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: relator na Câmara defende que Lula sancione a regulamentação sem vetos. Veja por quê 29

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: população começará a sentir efeitos das mudanças a partir de 2027, diz Appy 31

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como uma gestão eficiente pode tornar o agronegócio brasileiro mais competitivo? 33

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Recorde de arrecadação e de inadimplência: o que isso revela do Brasil 35

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Meta de inflação é 'dura demais' com a economia, diz professor da Unicamp 37

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso aprova projetos do ajuste fiscal 39

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juros mais altos nos Estados Unidos criam nova pressão para BC brasileiro (Editorial) 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Milei tenta acelerar processo de dolarização na economia argentina 43

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote de contenção de gastos para manter meta fiscal avança no Congresso 45

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Adoção requer coordenação política e esforço regulatório 47

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

BC afina discurso em intervenção recorde 48

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Analistas veem sinais positivos 50

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Emendas parlamentares, a grande jabuticaba (Artigo) 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Câmara aprova pacote de redução de gastos, mas atenua BPC e supersalários 53

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Novo chefe do BC não vê "ataque especulativo"	54
<small>O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA</small>	
Brasil pode emplacar até sete emissões no exterior em janeiro, diz Itaú BBA - COLUNA BROADCAST	55
<small>O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA</small>	
BC: inflação ficará acima da meta até o 3- trimestre de 2025	57
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA</small>	
IFI prevê dívida em alta até ao menos 2034	58
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA</small>	
Reação do mercado hoje dirá se crise de credibilidade é definitiva	59
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA</small>	
"Baratear tecnologia para emergentes dá vantagem à China em guerra comercial"	60
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
Galípolo e ações de Tesouro e BC acalmam mercado	63
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
Wall Street perde força no pós-Fed e dólar avança	65
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
Galípolo afasta chance de BC apertar mais o ritmo de alta da Selic	66
<small>O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA POLÍTICA</small>	
Lula evita saída de Múcio da Defesa, mas Alckmin já é cotado para a pasta	68
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA</small>	
Relator defende votar LOA apenas em fevereiro	70

Greve de auditores trava liberação de 50 mil encomendas em Guarulhos e Viracopos

Dez entidades e associações de comércio exterior, aviação e transporte enviaram uma carta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pedindo uma solução para a greve dos auditores da **Receita Federal**. A paralisação por reajuste salarial teve início em 26 de novembro e interrompeu operações de desembarque aduaneiro, resultando no acúmulo de 50 mil encomendas nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos, em São Paulo, os maiores do país.

As associações argumentam que o aumento dos custos e o atraso nas entregas colocam em risco a manutenção de contratos de empresas brasileiras no mercado internacional. O texto afirma que uma paralisação semelhante em 2022 gerou prejuízos de R\$ 3 bilhões para exportadores e importadores apenas no primeiro semestre, segundo dados do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo (Sindasp).

"Os atrasos logísticos não apenas impactam as empresas de transporte e logística, mas também afetam diretamente o comércio exterior brasileiro, prejudicando a competitividade do país no mercado global e comprometendo a eficiência das cadeias de exportação e importação", dizem as entidades.

As entidades - entre elas a Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata), a Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol); a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA); e o Brazil-U.S. Business Council (BusBc) - pedem audiência com o ministro Fernando Haddad e o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinha.

Nos Estados Unidos, milhares de trabalhadores que prestam serviço para a Amazon, organizados pelo sindicato dos caminhoneiros, entraram em greve ontem. A Amazon Teamsters, divisão representante dos funcionários que prestam serviço à empresa, anunciou a paralisação nas atividades em sete instalações: Skokie, Illinois, Nova York, Atlanta, São Francisco e Califórnia.

"Se seu pacote atrasar durante os feriados, você pode culpar a ganância insaciável da Amazon. Demos à Amazon um prazo claro para vir à mesa e fazer o certo por nossos membros. Eles ignoraram", disse o presidente geral do Teamsters, Sean M. O'Brien, no **comunicado** oficial do sindicato. Embora o Teamsters declare representar cerca de 10 mil pessoas (cerca de

1% da força de trabalho da multinacional) em dez instalações da Amazon nos Estados Unidos, a empresa não reconhece a filiação dos trabalhadores ao sindicato.

A Amazon Brasil disse que "as operações para o fim de ano no Brasil estão acontecendo dentro do planejado" e a greve nos EUA "não abala o mercado brasileiro". (Com agências internacionais)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Muita pressa, pouco avanço

Márcio Juliboni

LENTIDÃO Plenário da Câmara: após meses de atraso, **reforma tributária** é votada a toque de caixa

**

NINGUÉM MORREU de tédio em Brasília nos últimos dias com a correria do governo e do Congresso Nacional para votar uma série de medidas importantes para a economia antes do recesso que começa na próxima segunda-feira, 23. Na pauta, estavam a regulamentação da **reforma tributária**, parte do pacote fiscal e o Orçamento de 2025. A mobilização não convenceu o mercado financeiro de que o país vai deslançar. A desconfiança se manifestou na disparada do dólar, que subiu de 5,97 reais, em 11 de dezembro, para 6,14 reais na tarde da quinta-feira 19, quando esta edição de VEJA era concluída. "As medidas vieram tarde e parte delas é de má qualidade", afirma Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

O pacote fiscal é o mais criticado. Na terça-feira 17, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar 210/24, que proíbe a concessão de benefícios fiscais em anos de déficit primário. A farta distribuição de subsídios custa caro ao país. No acumulado do ano até setembro, 56 000 empresas deixaram de recolher cerca de 111 bilhões de reais em **impostos**, de acordo com levantamento feito pela **Receita Federal**. Até o fechamento desta edição, os deputados haviam aprovado, em primeiro turno, por 344 votos a favor e 154 contrários, a Proposta de Emenda Constitucional 45/24, que reduz o número de trabalhadores com direito ao abono salarial e tenta acabar com os supersalários no serviço público. Por fim, esperavam votar o Projeto de Lei 4614/24, que endurece o acesso a programas assistenciais. As novas regras, porém, devem ser inócuas. "O pacote não será relevante para estabilizar a dívida pública", diz Vale.

A regulamentação da **reforma tributária** também desagradou.

Como se sabe, parte do atual emaranhado de **impostos** sobre consumo será reduzida a dois: a Contribuição sobre Bens e Serviços, de caráter federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços, de cunho estadual e municipal. Os **tributos** serão unificados gradualmente até 2033, quando a transição será concluída. Uma crítica é o excesso de setores com

benefícios fiscais. Tanta generosidade elevará a alíquota básica do novo sistema dos 26,5% propostos inicialmente para quase 30%.

"Isso não vai parar de pé com tantas exceções", diz Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda do estado de São Paulo.

O Congresso também empurrou com a barriga outro ponto bastante delicado: a criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, que será o responsável por cobrar e distribuir o dinheiro arrecadado entre estados e municípios.

Um texto sobre o tema tramita no Senado desde outubro. O comitê, porém, deverá mais escancarar do que resolver problemas, a começar pela partilha de recursos entre governadores e prefeitos. "A guerra fiscal continuará até 2033", prevê Salto. Ao contrário de Brasília, os problemas que travam a economia não sairão de férias nas próximas semanas.

Site: <https://goread.com.br/viewer/veja/clima-ruim/>

Governo faz esforço fiscal até debaixo d'água

KAROLINI BANDEIRA

Para aumentar a arrecadação vale tudo: até catar moeda do laguinho. O esforço da equipe econômica para ajustar as contas ganhou um auxílio simbólico: portaria publicada no Diário Oficial da União ontem prevê que todas as moedas arremessadas por visitantes nos espelhos d'água dos prédios oficiais da Presidência, como o Palácio do Planalto e o da Alvorada, irão para o Tesouro Nacional, o caixa do governo.

O Tesouro Nacional recebe o dinheiro arrecadado pela **Receita Federal** e outros órgãos e faz a gestão destes recursos para cumprir o Orçamento. Dentro da Fazenda, o órgão é responsável por tentar manter a estabilidade da dívida pública e cumprir a meta fiscal. Dessa forma, os valores recolhidos passarão a integrar a arrecadação federal.

Apesar dessa "caça ao tesouro", nem tudo que for encontrado poderá reforçar os cofres. Conforme decidido, as moedas antigas que não possuem mais valor, como cruzeiros e cruzados, vão para o Museu Histórico do Banco Central.

Já moedas estrangeiras serão convertidas para o real e enviadas também para o Tesouro. Para "garantir o fluxo", os valores serão recolhidos a cada seis meses.

Não é a primeira vez que as CADA centavo conta. Governo vai recolher moedas jogadas no espelho d'água atenciosas se voltam para esse dinheiro. As moedinhas de visitantes já foram motivo de polêmica na gestão de Jair Bolsonaro. Em dezembro de 2022, na reta final da gestão passada, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro mandou recolher as moedas de visitantes do espelho d'água do Alvorada.

Segundo ela, o valor de R\$ 2.213,55 arrecadado foi doado para uma instituição chamada Vila do Pequenino Jesus, no Distrito Federal, responsável por cuidar de pessoas com deficiência.

A doação foi justificada por Michelle, no Insta-gram, após o recolhimento das moedas ser questionado nas redes sociais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacote fiscal e venda de dólares seguram o câmbio - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

Depois de uma semana tensa, em que o dólar bateu todos os recordes, a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) com novas regras para o abono salarial e que prorroga a desvinculação de receitas da União, pela Câmara, e dois leilões extraordinários de dólares no mercado à vista, num total de US\$ 8 bilhões, promovidos pelo Banco Central, jogaram a cotação da moeda americana para baixo, domando o mercado.

O BC fez seis intervenções no mercado de câmbio em uma semana. Na abertura de ontem, o dólar chegou a alcançar o patamar de R\$ 6,30. No fim da tarde, graças às decisões do Congresso e à firme intervenção do BC, o dólar à vista fechou a sessão com queda de 2,29%, a R\$ 6,1243 na venda. Já o Ibovespa encerrou o pregão com alta 0,34%, a 121.187,91 mil pontos.

Na quarta-feira, o BC já havia vendido US\$ 3 bilhões, mas o impasse na votação do ajuste fiscal pela Câmara e uma trapalhada do próprio Ministério da Fazenda, que anunciou um leilão de recompra de títulos, levaram o mercado a dobrar a aposta contra o real. Nesse dia, o Tesouro Nacional não vendeu títulos da dívida e recomprou apenas 10% do volume proposto em papéis já emitidos no leilão extraordinário de títulos prefixados com juros semestrais (Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F).

A proposta de recompra de NTN-F de 4 milhões de papéis, distribuídos nos mesmos vencimentos, mandou sinais trocados para o mercado. Enquanto o BC queimava US\$ 3 bilhões para segurar o dólar, o Tesouro anunciava a intenção de injetar mais dinheiro no mercado, com a recompra dos títulos.

Apenas 10% da oferta foi aceita, no valor de R\$ 340,8 milhões, 100 mil papéis para cada prazo, a taxas de 15,47% (jan/29), 15,170% (jan/31), 14,84% (jan/33), 14,71% (jan/35). Resultado: o mercado ignorou as intervenções do BC, que enxugou gelo, e a especulação levou a melhor.

Na terça-feira, o BC já havia feito dois leilões, aceitando o total de quase US\$ 3,3 bilhões. Na segunda-feira, vendera US\$ 1,623 bilhão e, na última sexta-feira, US\$ 845 milhões. Os dois leilões desta

quinta-feira foram a maior venda de dólares em um único dia da série histórica do BC, iniciada em 1999, quando o câmbio flutuante foi adotado no país. Ontem, na abertura, a moeda dos EUA chegou a atingir a marca de R\$ 6,2955, às 10h11, mesmo após o leilão de US\$ 3 bilhões promovido pelo BC. Entretanto, com o novo leilão de US\$ 5 bilhões, no começo da tarde, o dólar começou a cair.

Abono e Fundeb

A aprovação da PEC do pacote de corte de gastos obrigatórios do governo pela Câmara serviu para reduzir as incertezas em relação ao ajuste fiscal, ainda que tenha sofrido alterações, por um placar de 348 votos a favor e 146 contra. No primeiro turno, foram 354 votos a favor, 154 contra e duas abstenções. O pacote precisa ser aprovado pelo Senado, que começou a apreciá-lo na noite de ontem.

Foram rejeitados dois destaques, relacionados às mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). A PEC altera o abono salarial, que passará a ser reajustado pela **inflação** e não pelo aumento real do salário mínimo, e prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Nas negociações, pressionado pelo Judiciário, o governo aceitou a flexibilização do dispositivo que estabelece o teto dos salários dos **servidores públicos** em R\$ 44 mil. Para evitar a derrota da PEC, o governo concordou com que o relator do texto na Câmara, Moses Rodrigues (União Brasil- CE), enfraquecesse as verbas que podem ficar fora do teto de supersalários de R\$ 44 mil. No lugar da lei complementar sobre verbas autorizadas a ficar fora do teto, o dispositivo será regulamentado por lei ordinária, que exige maioria simples.

Apesar do avanço, o pacote aprovado é considerado, pelos analistas econômicos, insuficiente para garantir o equilíbrio fiscal. O acesso ao abono salarial, uma espécie de 14º salário pago a trabalhadores de baixa renda, exigirá que o trabalhador tenha recebido dois salários mínimos do ano -base (R\$ 2.640).

Atualmente, o abono é pago anualmente, no valor de até um salário mínimo, a trabalhadores que receberam

até dois salários mínimos no ano-base do abono e trabalharam com carteira assinada por ao menos 30 dias no ano-base. A mudança representará uma economia de R\$ 100 milhões em 2025; que subirá para R\$ 600 milhões, em 2026; e R\$ 2 bilhões, em 2027.

Uma nova categoria para contabilizar a contribuição da União ao Fundeb também foi criada. A mudança no fundo teria o impacto R\$ 4,8 bilhões, em 2025, porém, devido às alterações na proposta original, a economia será menor.

O DÓLAR CHEGOU A R\$ 6,2955, ÀS 10H11, MESMO APÓS O LEILÃO DE US\$ 3 BILHÕES PROMOVIDO PELO BC. NOVO LEILÃO DE US\$ 5 BILHÕES FEZ A MOEDA AMERICANA CAIR

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6786/20-12-2024.html?all=1>

Câmara aprova PEC, mas mantém supersalários

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira (19), em dois turnos, a proposta de emenda constitucional (PEC) do pacote fiscal e a enviou ao Senado Federal.

Após dificuldades do governo em votar a medida, o texto foi aprovado por 348 votos a 146 na segunda etapa da votação.

O projeto vincula as verbas do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) à ampliação de vagas de ensino integral, restringe gradualmente a faixa de renda para receber o abono salarial e prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2032. Mas foi desidratado em sua medida mais simbólica: a restrição aos supersalários.

Na versão da PEC do governo, ficaria proibido, imediatamente, o pagamento de "verbas indenizatórias" acima do teto remuneratório do serviço público (de R\$ 44 mil por mês) que não estiverem previstas em lei complementar. Na nova versão, apresentada pelo deputado Moses Rodrigues (União-CE), os supersalários continuarão sendo pagos enquanto não for aprovada uma lei ordinária que os limite.

Com isso, a lógica foi invertida.

Rodrigues disse ao Valor que a intenção dos líderes partidários foi privilegiar o debate que já ocorreu no Senado e na Câmara em torno de um projeto de lei para regulamentar os supersalários.

"Se fosse uma lei complementar, teria que recomeçar do zero. Agora vamos resolver no curto ou médio prazo quando o Senado concluir a votação do projeto 6726/2016", comentou.

Esse projeto, no entanto, abre 32 exceções de "verbas indenizatórias" para juízes, promotores e outros **servidores públicos** e pode até aumentar as despesas do poder público. (ver acima).

Uma das medidas aprovadas com maior potencial fiscal, mas apenas de médio prazo, é a mudança nos beneficiários do abono salarial, pago hoje a trabalhadores com carteira assinada que recebem até

dois salários mínimos (R\$ 2680) por mês. Com a alteração, essa linha de corte passará a ser corrigida apenas pela **inflação**, enquanto o salário mínimo terá ganho real anualmente.

A linha de corte será congelada quando chegar a 1,5 salário mínimo.

O Ministério da Fazenda estimou a economia em R\$ 100 milhões em 2025, R\$ 600 milhões em 2026 e R\$ 2 bilhões em 2027.

Até 2030, serão R\$ 18 bilhões.

A PEC também determina que Estados e municípios tenham que destinar parte do Fundeb para abertura de vagas no ensino integral. O Ministério da Educação gasta R\$ 4,8 bilhões por ano com esse objetivo e passaria a usar os recursos para outras finalidades, como o Pé de Meia.

Em 2025, será usada 10% da complementação do governo federal ao Fundeb - R\$ 5,5 bilhões - e, a partir de 2026, 4% do total de verbas do fundo - R\$ 10 bilhões.

"O ajuste fiscal está em que o governo federal, a partir do próximo ano, não vai mais financiar a abertura de novas vagas em escola de tempo integral como faz hoje", explicou o presidente da Frente Parlamentar da Educação, deputado Rafael Brito (MDB-AL).

"A PEC garantirá verbas para expansão das escolas", disse.

A proposta também prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2032 e fortalece o poder do governo de rever incentivos tributários. Os dois itens, segundo a Fazenda, vão render R\$ 5,4 bilhões no próximo ano.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188075>

Estudo estima R\$ 11,1 bi além do teto do funcionalismo

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet De Brasília

Em meio ao avanço do pacote fiscal que desidratou a questão que trataria do eventual corte dos supersalários, uma pesquisa encomendada pelo Movimento Pessoas à Frente, à qual o Valor teve acesso, mostra que houve R\$ 11,1 bilhões de gastos com remunerações acima do teto do funcionalismo em 2023. Esse montante considera apenas o Poder Judiciário e o Ministério Público, que registraram R\$ 7,1 bilhões e R\$ 4 bilhões em despesas acima do teto, respectivamente.

O estudo indica ainda que o eventual avanço de uma lei ordinária que busca regulamentar essas remunerações tem potencial de elevar ainda mais o impacto financeiro sobre o orçamento do Judiciário e do Ministério Público já em 2025.

Coordenado pelo pesquisador, professor da Fundação Dom Cabral e colunista do Valor, Bruno Carazza, o levantamento revela que 93% dos magistrados do país receberam um valor superior ao teto no agregado no último ano, enquanto no Ministério Público esse índice é de 91,5%. Paralelamente, mostra que apenas 0,7% dos servidores da Câmara dos Deputados receberam salários acima do teto institucional no ano passado.

Já no Executivo Federal, incluindo civis e militares, esse número foi de 0,14%.

De acordo com a pesquisa, pagamentos retroativos, que são contabilizados como fora do teto, somaram R\$ 2 bilhões no Judiciário e R\$ 1,1 bilhão no MP. Também em 2023, a indenização de férias não gozadas para a magistratura custou R\$ 1 bilhão aos cofres públicos, enquanto para o Ministério Público esse valor foi de R\$ 464,2 milhões.

As gratificações por exercício cumulativo de cargos oneraram o Estado em R\$ 788,9 milhões no Judiciário e R\$ 508,7 milhões no MP.

Aprovado na quinta-feira (19), o parecer de Moses Rodrigues (União-CE) sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) contrariou os objetivos do governo e afrouxou uma das medidas mais simbólicas, que seria o corte dos supersalários.

Na versão da PEC do Executivo, ficaria proibido, imediatamente, o pagamento de "verbas indenizatórias" que não estiverem previstas em lei complementar.

O parecer de Rodrigues prevê que os supersalários continuarão sendo pagos enquanto não for aprovada uma lei ordinária que os limite. Com isso, a lógica foi invertida - e uma lei ordinária é mais frágil e fácil de alterar.

Segundo o relator, a intenção dos líderes partidários foi privilegiar o debate que já ocorreu no Senado e na Câmara em torno de um projeto de lei para regulamentar os pagamentos de verbas indenizatórias acima do teto constitucional.

Na avaliação de Lucas Porto, gerente de advocacy do Movimento Pessoas à Frente, o relatório aprovado abre espaço para a manutenção dos atuais privilégios, em referência ao projeto de lei dos supersalários, que tramita no Senado, que abre 32 exceções para verbas indenizatórias para juízes, promotores e outros **servidores públicos**.

"Houve esforço para colocar o mínimo de freio, ainda que não tenha sido o ideal", afirmou Porto ao Valor. "Várias pessoas vão querer jogar luz a esse projeto que está no Senado, mas a gente não pode deixar isso acontecer.

Precisamos regulamentar de forma justa e restrita", acrescentou.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188075>

O teto do teto

Laryssa Borges

MEIO-TERMO Fernando Haddad e Rodrigo Pacheco: a solução que está sendo analisada pode acabar ampliando o problema

**

UMA REUNIÃO recente entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a cúpula do Congresso começou a pavimentar o que pode ser a saída encontrada pelo governo para combater os supersalários e asfixiar uma máquina de privilégios que levou os cofres públicos a desembolsar mais de 40 bilhões de reais nos últimos seis anos.

A Constituição estabelece que nenhum servidor pode receber vencimentos maiores que um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) - o equivalente hoje a 44 000 reais. É uma regra simples e objetiva, mas que não é respeitada, especialmente nas carreiras do Judiciário e do Ministério Público, onde uma infinidade de gratificações e benefícios é criada exatamente para driblar a lei. Pelos cálculos do professor e doutor em direito Bruno Carazza, esses penduricalhos fizeram com que, no ano passado, 93% dos juizes brasileiros fossem remunerados acima do teto quando somados prêmios, auxílios variados e mais de trinta tipos diferentes de verbas indenizatórias. Não é a primeira vez que se tenta corrigir essas distorções - e provavelmente não será a última.

O projeto enviado ao Congresso estabelece que as chamadas verbas indenizatórias - o ninho onde se escondem e se multiplicam os tais penduricalhos - também devem ser limitadas pelo teto constitucional e eventuais exceções seriam regulamentadas em lei complementar. Ou seja, se aprovada como está, a regra estabeleceria o limite de 44 000 reais para os vencimentos, incluindo as benesses agregadas. Entidades que representam a magistratura e o Ministério Público, porém, defendem que os privilégios já adquiridos sejam mantidos até que se aprove a lei complementar, o que pode levar meses, anos ou simplesmente nem acontecer - mantendo tudo como está hoje. O governo pretende enfrentar a questão, mas ao mesmo tempo não quer criar arestas com o Judiciário e busca uma alternativa.

Fernando Haddad e Rodrigo Pacheco conversaram sobre uma proposta analisada pela equipe econômica para tentar mitigar a construção dos supersalários sem desagradar tanto às categorias interessadas.

A ideia é criar um teto para os penduricalhos que não poderia ultrapassar o valor do vencimento original. Se um servidor ganha, por exemplo, 20 000 reais por mês, as benesses e verbas indenizatórias (reembolsos por viagens, gratificações etc.) seriam de, no máximo, 20 000 reais. O governo acredita que isso limitaria os exageros. "A partir do momento que se colocar numa lei que os pagamentos indenizatórios poderão chegar a determinado percentual, vai haver um movimento de criação de penduricalhos para que esse novo patamar seja atingido", adverte Carazza, autor do livro O País dos Privilégios. A solução pode ampliar o problema.

Site: <https://goread.com.br/viewer/veja/clima-ruim/>

Chacoalhada radical

Caio Saad

FAZ UM ANO que os argentinos deram início a um experimento econômico sem paralelo no mundo, ao empossar na Presidência o economista, debatedor de TV e provocador profissional Javier Milei. Autodenominado anarcocapitalista, da linha libertária mais radical, Milei, 54 anos, cabelos perenemente revoltos, chegou botando para quebrar: dizimou subsídios e benefícios, cortou repasses para a área social, reduziu aposentadorias, derreteu gorduras até onde não havia, fechou órgãos do governo e demitiu 30 000 funcionários públicos (quase 10% do acumulado em décadas de populismo peronista) - um enxugamento da máquina de dar inveja a Elon Musk, o bilionário que afia facas para decepar gastos nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, liberou todos os preços, pôs à venda as estatais e abriu as portas a todo e qualquer tipo de investimento estrangeiro. Dado a extremos também na política externa, seguiu atijando divergências com o presidente Lula e outros desafetos. Em outubro, pediu e obteve a renúncia da ministra das Relações Exteriores, Diana Mondino (vista como a figura mais equilibrada do governo), por ter orientado sua equipe na ONU a apoiar uma proposta de fim de embargo a Cuba.

Na crucial área econômica, Milei, ao longo do ano, colheu louros: a **inflação** mensal caiu do pico de 25% para 2,7% em outubro e as contas públicas registraram superávits consecutivos em todos os meses de 2024. O custo social, no entanto, foi imenso - segundo dados do próprio governo, o desemprego caminha para 8% e mais da metade dos argentinos (53%) vive hoje na miséria, dependendo de ajuda para comer. Manifestações de setores descontentes pipocam em Buenos Aires, mas a popularidade do presidente segue sólida e ele conta com isso para multiplicar os representantes de seu partido, A Liberdade Avança, no Congresso (hoje tem 39 deputados e sete senadores) nas eleições de outubro próximo.

Unha e carne com Donald Trump, de quem espera um empurrãozinho para a entrada de dólares no país, Milei anunciou solenemente em novembro que a recessão acabou, que a economia vai crescer 5% e que a **inflação** anual não passará de 18% no ano que vem. Os argentinos estão pagando - literalmente - para ver.

Site: <https://goread.com.br/viewer/veja/clima-ruim/>

A semente da próxima crise dos Estados (Editorial)

A unanimidade que o Senado deu ao projeto de lei de renegociação da dívida dos Estados expressa a irresponsabilidade com que assuntos de importância fundamental para as contas públicas são tratados pelo Legislativo.

Fruto do lobby dos Estados mais encalacrados do País, a proposta foi apresentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e relatada pelo ex e futuro presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Com padrinhos desse calibre, o texto teve caminho fácil no Congresso, embora fosse um exemplo cristalino do que não deve ser feito em políticas públicas.

Ao contrário do que o Congresso faz parecer, os Estados - ao menos a maioria deles - não estão em dificuldades financeiras.

Fosse um problema generalizado, teria havido uma verdadeira romaria de governadores para Brasília nesta semana em que o Senado aprovou o projeto de lei que segue agora para sanção presidencial.

O que há - e sempre houve - são os Estados perdulários de sempre reclamando do peso de suas dívidas em seus respectivos orçamentos. Quem estava no plenário do Senado na última terça-feira, dia em que o projeto foi aprovado, eram somente os governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, e de Minas Gerais, Romeu Zema.

São esses os grandes beneficiários de uma proposta que só uma mãe faria por seus dois filhos pródigos. Embora tenham descumprido todas as condicionantes de acordos anteriores, recorrendo inclusive ao Supremo Tribunal Federal (STF) para não ter de pagar suas contas, Rio de Janeiro e Minas Gerais serão premiados com a redução dos juros e do estoque de suas dívidas.

Para isso, não precisarão sequer cortar despesas. É isso mesmo. Bastará que gastem recursos em áreas avaliadas como prioritárias, como o Ensino Médio Técnico. Também poderão repassar ativos à União, tais como ações de estatais estaduais, imóveis ou créditos da dívida ativa e até o fluxo de recursos futuros que receberão por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, criado na **reforma tributária**.

Os Estados poderão, ainda, depositar parte do que devem à União - e, diga-se de passagem, não pagam - a um fundo de equalização a ser dividido entre todos os outros Estados, sobretudo os menos endividados.

Por que pagariam agora é uma pergunta que os Estados menos endividados deveriam ter feito antes de orientarem seus senadores e votarem a favor da proposta.

A depender do "sacrifício" que fizerem, os Estados conseguirão substituir o indexador de suas dívidas, hoje corrigidas pelo IPCA mais uma taxa de juros 4% ao ano, pela variação da **inflação**. Para ter uma ideia, na segunda-feira, um dia antes da votação da proposta no Senado, o Tesouro emitiu títulos com vencimento em 2029 que devolvem a variação do IPCA mais 7,73% ao ano.

Essa diferença não vai aparecer na dívida líquida nem no cálculo do déficit primário, mas aumentará a dívida bruta, indicador que os investidores passaram a acompanhar com lupa desde que o arcabouço fiscal começou a ser esvaziado.

Segundo o coordenador do Observatório de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV Ibre, Manoel Pires, o impacto dessa proposta nas contas da União será de R\$ 48 bilhões anuais, e de ao menos R\$ 62 bilhões no primeiro ano em que ela vigorar. Para o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, o projeto fará a dívida bruta subir até 2,4 pontos percentuais entre 2025 e 2033.

Por 72 votos a zero, os senadores plantaram a semente da próxima crise federativa. Incautos poderiam imaginar que o Executivo fez de tudo para impedir que uma proposta que privilegia caloteiros contumazes fosse aprovada pelo Legislativo, ainda mais neste momento em que há desconfiança generalizada no mercado financeiro sobre seu compromisso fiscal.

Mas não foi isso que aconteceu. Tanto que Alcolumbre, inclusive, agradeceu o apoio "pessoal e incondicional" do ministro Fernando Haddad e do presidente Lula da Silva ao projeto durante a leitura de seu parecer.

A sanção dessa proposta indecente provavelmente será ocasião de cerimônia comemorativa no Palácio do Planalto.

Ausentes estarão os contribuintes, que muito em breve terão de pagar a conta dessa farra. l

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tributária: relator defende sanção sem vetos

VICTORIA ABEL

O relator da regulamentação da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou que a tendência do governo é não fazer vetos ao texto cuja votação foi concluída nesta semana pelo Congresso Nacional. Ele ainda prevê que a sanção do texto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ocorra até o dia 26 de janeiro, com uma cerimônia no Palácio do Planalto.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabeleceu o novo sistema de **impostos** foi aprovada e promulgada pelo Congresso em 2023. Ao longo de 2024, deputados e senadores se debruçaram sobre a regulamentação da reforma. Nessa fase, os parlamentares e o governo acertaram detalhes de medidas como cashback (devolução de **tributos** para baixa renda), Imposto Seletivo, cesta básica, tarifas reduzidas, entre outros pontos.

- Pode ter algum erro de edição, ou artigo, mas a própria técnica do relatório final pode corrigir. Estamos acompanhando. Não tem como garantir que tudo que fizemos, 100%, tem acordo do governo. Tentamos convencer, então vamos ver. Mas a tendência, no momento, eu não vejo justificativa para vetos - disse o deputado, que fez parte do grupo de trabalho da Câmara que discutiu a reforma nos últimos meses.

O projeto de regulamentação já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, numa primeira votação, e também pelo Senado no último dia 12. Como os senadores aprovaram a redação com mudanças, os deputados tiveram de votar o projeto novamente. Essa última votação ocorreu na última terça-feira. Agora, o projeto segue para sanção do presidente Lula.

Lopes explicou que, agora, os técnicos vão fechar a redação final do projeto. Ele acredita que a sanção será assinada por Lula entre os dias 23 e 26 de janeiro. Há um contato frequente entre as equipes da Câmara e do governo para sanar eventuais dúvidas.

Para o relator, a sanção da regulamentação da reforma é momento histórico.

- Vai ser o fechamento de um ciclo, de um amplo debate. Os constituintes inclusive sonharam com essa reforma, e deixaram para o momento futuro. Passaram 36 anos e ainda continuamos com o mesmo texto que os constituintes aproveitaram de 1965. Um texto totalmente disfuncional para o século XXI (em

referência ao sistema vigente), onde o atual sistema tributário talvez seja o principal motivo da desindustrialização do Brasil. Desindustrializou justamente porque cobramos o valor de um imposto acumulado, todo setor produtivo que tem mais de uma cadeia perdeu competitividade - disse o relator.

A reforma implementa no Brasil um sistema de **tributos** que é usado em diversos países do mundo, chamado de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Esse modelo unifica **tributos**, permite maior transparência e facilidade de tributação. Com o sistema não há cumulatividade de **tributos** e há mais simplificação. No caso brasileiro, haverá duas "pernas". A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, reúne os **impostos** PIS, Cofins e IPI. A outra perna será o Imposto sobre Bens e Serviços, uma junção do ICMS estadual e do ISS municipal.

O projeto aprovado pelo Congresso é fundamental para fechar a alíquota padrão do novo sistema, porque tem a lista de exceções à reforma. O texto estabelece uma "trava" de 26,5% para essa alíquota. Se as simulações mostrarem que a alíquota passa disso, o governo precisará enviar ao Congresso um projeto cortando benefícios.

Para o relator, o texto aprovado pela Câmara garante a alíquota abaixo dos 26,5%.

- Acredito que a alíquota ainda vai baixar antes de o governo precisar mandar um projeto para retirada de benefícios. Durante a transação você tem revisão anual, então o governo pode fazer também ajustes - afirmou.

O governo também aposta em mecanismos como o chamado split payment para evitar sonegação e garantir uma alíquota mais baixa - pois a base de arrecadação sobe. Esse sistema permite enviar o tributo diretamente para o governo sem passar pelo vendedor do produto ou serviço. Mas isso ainda demandará uma série de ajustes tecnológicos.

USO DA TECNOLOGIA

Durante a tramitação, houve uma estimativa de que a alíquota passaria de 28% em razão de exceções aprovadas pelo Senado. A Câmara retirou parte delas.

Uma das mudanças feitas na Câmara foi aplicar restrições em relação à compra de veículos com

alíquota zero por parte de pessoas com deficiência. Embora repita a lista de condições de deficiência física, auditiva e visual do decreto que regulamenta o acesso à isenção atual, o texto restringe a abrangência do direito ao dizer que não se incluem no rol de deficiências físicas listadas aquelas que "não produzam dificuldades para o desempenho de funções locomotoras da pessoa".

- A intenção foi proteger a pessoa com deficiência. Mas estamos avaliando o tema, se for necessário alguma correção, podemos colocar em outro projeto de lei - afirmou Lopes.

"A tendência, no momento, eu não vejo justificativa para vetos"

"Vai ser o fechamento de um ciclo, de um amplo debate. Os constituintes inclusive sonharam com essa reforma, e deixaram para o momento futuro"

Reginaldo Lopes (PT-MG), relator da **Reforma Tributária**

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IFI: só superávits acima de 2,4% estabilizam dívida

BERNARDO LIMA

A Instituição Fiscal Independente (IFI) estima que o governo federal vai ter que registrar superávits primários (saldo de receitas e despesas sem considerar gastos com juros da dívida pública) de 2,4% do PIB ao ano para estabilizar o crescimento da dívida pública.

Segundo o Relatório de Acompanhamento Fiscal, divulgado ontem, a dívida bruta deve chegar a 78,3% do PIB este ano, 81,4% em 2025, e 86,4% em 2026, no final do governo Lula.

Sem mudança no cenário fiscal, a IFI calcula que o patamar da dívida vai a 91% do **PIB** em 2027 e passaria de 100% ao longo de 2030.

O IFI considera insuficientes as medidas do pacote fiscal do governo

"As próprias projeções iniciais do impacto das medidas originalmente propostas e sua posterior desidratação no Congresso demonstram claramente que elas são insuficientes".

O diretor-executivo da IFI, Marcus Pestana, fez um balanço do ano.

- Encerramos 2024 com indicações claras de deterioração das expectativas dos investidores em relação à sustentabilidade da dívida -afirmou.

Pestana diz que 2025 não foi só de mais notícias:

- Houve avanços institucionais que abrem boas perspectivas a médio e longo prazos, como a **Reforma Tributária** e o Acordo entre Mercosul e União Européia.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Parte mais complexa da reforma foi superada, defende Appy

Jéssica Sant"Ana, Lu Aiko Otta Caetano Tonet De Brasília

A parte mais complexa já foi superada, disse ao Valor o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, dois dias depois de o Congresso Nacional concluir a votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, que detalha o funcionamento dos novos **tributos** sobre o consumo. Questionado se o pior havia passado, o secretário reagiu: "Não, o melhor passou. A gente conseguiu vencer".

O governo gostaria que houvesse menos exceções ao sistema, reconheceu.

No entanto, os efeitos econômicos esperados a partir da reforma estão preservados. "Dizer que nesse horizonte de 15 anos o **PIB** [Produto Interno Bruto] potencial pode crescer dez pontos percentuais ou mais é muito razoável", afirmou. Haverá, ainda, um efeito deflacionário no longo prazo.

Apesar das mudanças introduzidas pelo Congresso, o núcleo da reforma foi mantido, avaliou.

Ele se referia à não cumulatividade plena dos **impostos**, a um sistema mais simples do que o atual mesmo com as exceções, à cobrança dos **tributos** no destino e à cobrança unificada do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em substituição ao ICMS e ao ISS.

Das exceções incluídas no texto, a Fazenda foi contra a inclusão de refinarias de combustíveis nos benefícios da Zona Franca de Manaus, informou. No entanto, o benefício passou e agora não há como vetá-lo, devido à forma que a redação foi escrita.

O secretário disse não saber se haverá vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao texto. Os diversos ministérios afetados pela reforma serão consultados antes de ser tomada essa decisão.

Nos próximos dias, disse Appy, será divulgada a nova estimativa para a alíquota-padrão do IBS e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Embora esteja previsto um teto de 26,5%, a versão do PLP 68 aprovada no Senado havia elevado a conta para ao menos 28,55%. Esse aumento foi parcialmente revertido na Câmara. Agora, o texto aguarda sanção

de Lula.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Qual foi a avaliação geral do projeto de lei complementar de regulamentação da reforma, aprovado pelo Congresso?

Bernard Appy No geral, o saldo foi positivo, sem dúvida nenhuma.

As características básicas da reforma foram preservadas em todas as etapas da tramitação: não cumulatividade plena; sistema muito mais simples do que o atual, mesmo com as exceções que foram introduzidas; tributação no destino, sistema de cobrança unificada do IBS através do Comitê Gestor. Tudo isso são as características centrais da reforma que foram preservadas.

Valor: Qual será o efeito positivo da reforma na economia?

Appy: Os efeitos positivos da reforma são basicamente de três ordens. O primeiro é a própria simplificação. O segundo é a desoneração de investimentos e a correção de distorções que prejudicam a competitividade da produção nacional. E o terceiro é a correção de distorções na forma de organização da produção que resulta no sistema tributário atual. O segundo e o terceiro efeitos positivos estão 100% garantidos no texto que foi aprovado. Em termos de simplificação, poderia ter sido maior [o efeito], mas, ainda assim, perto do que tem hoje foi uma simplificação muito grande.

Valor: O Congresso aumentou muito as exceções à alíquota...?

Appy: Na verdade, o Senado até ajudou a simplificar, porque alguns regimes que estavam no texto que foi enviado ao Congresso e que saiu da Câmara previam um critério de cálculo do redutor da alíquota para manter a carga tributária, e o Senado já definiu qual será. Por exemplo: para bares, restaurantes, hotéis, parques de diversão e transporte interestadual intermunicipal, que estava em aberto e que poderia ter várias alíquotas, todos eles ficavam com o mesmo redutor de 40%. As únicas áreas em que, por enquanto, não têm definição de alíquota, têm apenas

um critério genérico de manutenção da carga, são combustíveis e serviços financeiros.

Valor: Os senhores já calcularam qual a estimativa de nova alíquota padrão de referência? Era 27,97% antes de passar pelo Senado e por nova votação na Câmara?

Appy: Estamos fazendo as contas e vamos divulgar logo.

Valor: Mas deve ficar na casa de 28%?

Appy: Precisamos terminar as contas ainda. Não podemos dar spoiler.

Valor: Os parlamentares alegam que a Fazenda está sendo muito conservadora no cálculo do hiato de conformidade, que a sonegação e a elisão fiscal vão cair bem mais, o que trazia a alíquota para próximo de 25%. Faz sentido essa avaliação?

Appy: Eu não acho que a gente tenha sido tão conservador assim.

Basicamente, no nosso cálculo, tem implícito ali uma redução de cerca de metade do hiato de conformidade, porque usamos como referência países que têm alíquotas altas de IVA, como a Hungria. Essa redução que já está implícita nas nossas projeções dá três pontos percentuais a menos de alíquota. É muito difícil estimar com precisão o impacto, mas eu acho que estão sendo realistas nos nossos cálculos.

Valor: A Fazenda vai recomendar algum veto ao projeto de lei de regulamentação?

Appy: Não dá para saber ainda.

São muitos ministérios e dentro dos próprios ministérios são muitas áreas consultadas.

Valor: Então não dá para saber se tem algum ponto a ser obrigatoriamente vetado?

Appy: Não tem absolutamente nada sobre isso ainda.

Valor: O setor de saneamento está reclamando que não ficou no redutor de 60% da alíquota. Eles alegam que terão desequilíbrio de contrato e que vão precisar subir as tarifas.

Qual a posição da Fazenda??

Appy: A emenda constitucional, quando saiu do Congresso no ano passado, previa um regime específico para o setor do saneamento, o que teria sido o ideal. Porque no saneamento há duas

situações. Há concessões de saneamento em que os investimentos já foram realizados, já estão maduros. E há concessões de saneamento que estão no início e que os investimentos ainda não serão feitos. As concessões novas têm uma grande desoneração devido à não cumulatividade plena. Ou seja, todos os **tributos** que vão incidir sobre os investimentos feitos na concessão nova vão ser recuperados, o que reduz muito o custo.

Mesmo com a alíquota mais alta, não terão impacto praticamente nenhum sobre a tarifa. Outra situação é das concessões antigas com investimentos maduros, que terão um impacto um pouco maior. Esse impacto não é do tamanho que o setor tem falado. Mas, de qualquer forma, o próprio projeto já prevê o reequilíbrio de contratos.

Valor: Mas não vai gerar um descasamento no tratamento entre concessionárias antigas e as novas?

Appy: Não, porque não tem competição. Cada empresa tem sua área de atuação, então não gera desequilíbrios competitivos. E é importante deixar claro que o redutor de 60% de alíquota pedido pelo setor seria exagerado. Claramente seria muito mais do que o necessário para manter as tarifas e, no caso das concessões novas, seria um baita no benefício, porque teria recuperação integral de **tributos** pagos nos investimentos.

Valor: O senhor comentou que a emenda prevê reequilíbrio de contrato. Mas isso não terá então impacto na tarifa?

Appy: Pode ser que tenha, mas foi uma decisão política. A reforma não é neutra em termos de preços relativos, a gente tem que entender isso. Por exemplo, tarifa de eletricidade vai cair com a reforma, muito provavelmente. Mas ninguém bota isso na conta, porque todo mundo só fala quando sobe, ninguém fala quando cai.

Valor: O Congresso aprovou um meio termo para o setor imobiliário.

A reforma vai ser boa para o setor?

Appy: Pelas nossas contas, provavelmente o preço dos imóveis vai cair com a reforma. É pouco, nós estamos falando entre 2,5% e 2,7% da base de cálculo que já é reduzida.

Estamos falando em menos de 2% do preço final. Não é nenhum impacto monumental. Sobretudo no caso de aluguéis, por exemplo, se eu comprar um imóvel, recupero 100% do crédito imediatamente.

Se eu alugar e simplesmente aplicar o recurso que recuperei de crédito na aquisição, isso vai mais do que pagar o imposto que eu vou ter no aluguel. Isso com a taxa de juros que temos hoje. A reforma vai, muito provavelmente, ser benéfica para o setor imobiliário. Ainda assim, o setor pediu lá uma transição para manter o sistema atual.

Valor: O senhor acredita que haverá migração para o novo sistema antes do fim da transição?

Appy: Eu acho que, quando entenderem como o novo sistema funciona, eles vão preferir adotar o sistema novo. Isso tudo foi discutido com o Ministério da Fazenda, não fomos atropelados nesse assunto.

As pessoas têm dificuldade em mudar de cultura, mas eu tenho muita convicção de que quando eles virem os benefícios do sistema não cumulativo, que recupera crédito, vão acabar optando pelo novo regime.

Valor: Outro tema que gerou debate foi em relação as passagens aéreas.

O setor diz que a reforma não atende a padrões da OCDE e que haverá aumento no preço...

Appy: O serviço está desonerado.

Tanto o abastecimento de combustível quanto o catering estão desonerados. Para os voos internacionais ficou a tributação de uma perna, e não da outra. Não existe um padrão, cada país tem o seu. A grande maioria dos países, de fato, não tributa, mas é uma opção que foi feita aqui. Quer tributar menos passagens internacionais ou quer ter uma alíquota menor para o resto da economia?

Se eu tivesse feito a opção de tributar menos passagens internacionais, teria uma alíquota maior para o resto da economia.

Valor: O impacto seria grande?

Appy: Não sei. Essa é uma conta que a gente ainda não conseguiu fazer.

Valor: Pode haver aumento de preço?

Appy: Eu não sei, porque o sistema atual tem um monte de cumulatividade.

Hoje, estou falando na média, ida e volta, tem um monte de cumulatividade, de imposto que não é recuperado no meio da cadeia. É difícil calcular o impacto efetivo. Precisaria pegar uma planilha super detalhada.

Valor: Sobre a incidência do Seletivo sobre extração mineral, isso tira competitividade das nossas exportações?

Appy: Vocês realmente acham que uma alíquota de 0,25 vai tirar a competitividade da produção?

Não foi nem o governo que propôs isso. Isso foi decidido na emenda constitucional, no Senado.

Certamente não vai ser nenhum impacto traumático para o setor. A oscilação de preço em um dia é maior que isso.

Valor: Mas para a exportação ficou desonerado ou não?

Appy: Antes estava na primeira operação subsequente à extração e o Senado mudou para dizer que vai ser na extração. Vai ser o tributo na extração. Tanto faz se é extração para vender domesticamente ou exportar.

Valor: Foi aprovado um benefício para uma refinaria privada localizada na Zona Franca de Manaus.

Como o senhor avalia o incentivo?

Appy: Não sou especialista no setor. Eu sei que o resto do setor estava reclamando. A posição do Ministério da Fazenda era contrária a esse benefício, mas a Câmara optou por nem sequer colocar em votação.

Eu sei que o resto do setor está dizendo que isso pode gerar distorções competitivas. Eu pessoalmente não tenho capacidade de avaliar se isso é verdade ou não.

Valor: Há possibilidade de veto?

Appy: Não dá para vetar. Porque o texto, como veio, é dizendo quais são os bens e serviços que não podem ter benefício na Zona Franca. E um deles é combustível, lubrificantes derivados do petróleo, e aí botaram 'exceto[...]'. Então, se eu vetar todo o dispositivo, estarei permitindo que combustíveis tenham o benefício.

Valor: Ainda há possibilidade de colocar armas no Seletivo?

Appy: Não tem o que fazer. O texto da Câmara saiu sem Seletivo de armas e no Senado entrou e saiu. Quando voltou para a Câmara não tinha o que fazer.

Valor: No fim, foram muitas exceções?

Appy: Eu acho que o processo foi encerrado. Eu acho que o problema é que as pessoas ficam olhando muito

para alíquota, para as exceções. É lógico que a gente gostaria que tivesse menos exceções, mas os benefícios da reforma são muito grandes com o texto que foi aprovado. Acho que esse é o ponto fundamental.

O efeito positivo para a economia brasileira, que não é de curto prazo, é um efeito que vem mais no longo prazo, é muito positivo.

Valor: Dá para projetar um efeito deflacionário da reforma?

Appy: Tem dois efeitos. O efeito estrutural é com certeza deflacionário.

Porque, quando se reduz o custo de investimento, se reduz custo burocrático, se reduz o custo associado a distorções alocativas e passamos a ter um sistema de logística mais eficiente, mais bem estruturado, tudo isso são reduções de custos que devem ser repassados para o preço. No curto prazo, tem mudança de preços relativos. Esse efeito, certamente, vai baixar alguns, subir outros. Esse é um efeito que vai ter no curto prazo.

No longo prazo, o efeito com certeza é deflacionar.

Valor: E sobre o efeito no **PIB**?

Appy: O efeito no **PIB** é positivo.

A gente consegue quantificar com uma precisão bastante razoável esse efeito de desoneração dos investimentos e de correção das distorções que prejudicam a competitividade.

O estudo que eu conheço que dá menor efeito é quatro pontos percentuais de aumento do **PIB** potencial e o maior seis pontos percentuais.

Os outros efeitos são mais difíceis de serem estimados. São os efeitos de simplificação e os efeitos de correção das distorções alocativas.

Mas eu acho que esses dois efeitos são maiores até do que o efeito da desoneração do investimento.

Dizer que nesse horizonte de 15 anos o **PIB** potencial pode crescer dez pontos percentuais, ou mais do que dez pontos, é muito razoável.

Valor: Com o texto da regulamentação aprovado, o senhor continua com a previsão de até 12 pontos percentuais?

Appy: Continua. As mudanças não prejudicaram. Elas tiram um pouquinho do efeito da simplificação.

Se você pegar no final da transição, em 2033 e olhar o tempo dispendido com a burocracia tributária do novo sistema que se dispense hoje, com certeza vai ser muito menor do que hoje. Poderia ser menor ainda? Poderia Valor: E quais as prioridades para o ano que vem?

Appy: Temos a regulamentação dos fundos. No Fundo de Desenvolvimento Regional é basicamente a regulamentação, a forma de aporte dos fundos. Tem a regulamentação daqueles [fundos] da Amazônia.

Tem a lei ordinária da fixação da alíquota do Imposto Seletivo e, obviamente, o PLP 108 [que trata do Comitê Gestor do IBS].

Valor: O regulamento do IBS e CBS tem que sair ano que vem porque em 2026 começa o teste, certo?

Appy: Com certeza. Desse ponto de vista, essa mudança feita pelo Senado de prever essa criação temporária do Comitê Gestor para 2025 foi muito positiva.

Valor: Os Estados demandavam poder fazer o regimento do IBS enquanto apenas o CBS ficaria a cargo na União? Serão dois regulamentos?

Appy: Cada um vai ter um, mas todas as normas comuns têm que ser aprovadas por um ato conjunto e depois incorporadas em cada um dos dois regulamentos.

Valor: Isso abre brecha para interpretações distintas?

Appy: Espero que não. Desde que eles [entes] incorporem de forma adequada as normas comuns, que tem que ser aprovada por ato conjunto, acredito que não. Eles e nós, os dois.

Valor: E a reforma da renda?

Appy: É um tema que muito provavelmente vai ser discutido em 2025.

Valor: Só pessoa física ou pessoa jurídica também?

Appy: Não sei. 2025 é um ano longo.

Valor: Podemos dizer que o pior já passou?

Appy: Não, o melhor passou. O melhor passou. A gente conseguiu vencer. A gente está satisfeito com o resultado. A gente gostaria que fosse menos exceção?

Gostaria. Do ponto de vista da **reforma tributária** no Congresso Nacional, acho que a parte mais complexa

já foi superada.

"A gente gostaria que tivesse menos exceções,mas os benefícios da reforma são muito grandes"

"Características básicas da reforma foram preservadas em todas as etapas da tramitação"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188075>

Para relator, governo não fará vetos 'de mérito' em texto da reforma tributária

Jéssica Sant'Ana, Lu Aiko Otta e Raphael Di Cunto De Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deve apresentar vetos de mérito à regulamentação da **reforma tributária**, aprovada nesta semana pelo Congresso Nacional. Se houver algum veto, será relacionado a ajustes de redação no texto, de forma a trazer maior segurança jurídica ao novo sistema tributário.

A opinião é do relator da matéria na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG).

"Eu acredito que 99,9% do projeto será sancionado. Talvez possa ter um erro de remissão, algum [veto] para dar maior segurança jurídica", disse Lopes. "Do ponto de vista de mérito, não tem nada que me preocupe." O parlamentar acrescentou que é importante que o governo sancione a matéria integralmente, porque o trabalho foi construído em conjunto com o Ministério da Fazenda, além de representar o desejo da maioria do Parlamento.

"Eu estou muito convicto do trabalho que nós fizemos. Teve boa técnica legislativa, teve boa convivência com a Secretaria Especial da **Reforma Tributária** [do Ministério da Fazenda] e teve apoio político", afirmou.

Líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PTCE) também afirmou que atuará para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancione integralmente o projeto. "Vou trabalhar para que não tenha vetos." Lopes argumenta que eventuais pontos sobre o novo sistema tributário poderão ser aperfeiçoados no futuro, seja na avaliação quinquenal, prevista para 2031, seja antes, via novo projeto de lei complementar [PLP]. "Se alguma coisa ficar desequilibrada, não calibrada adequadamente, o nosso compromisso é rever num outro PLP." "Nós criamos uma reforma que é interessante porque ela vai continuar viva, dinâmica, porque a cada cinco anos você tem que revisá-la, o Congresso tem que reavaliar os impactos sociais e econômicos desse modelo", completou o relator, ao citar a avaliação quinquenal, em que poderão ser revistas às exceções criadas e o impacto de medidas como o cashback (mecanismo de devolução de imposto a famílias carentes).

Revisão quinquenal

A revisão quinquenal servirá, inclusive, de base caso o governo tenha que enviar ao Congresso um projeto de lei reduzindo as exceções à reforma para trazer a alíquota padrão de referência ao teto de 26,5%. Contudo, Lopes acredita que esse teto não será superado, por duas razões. Primeiro, a economia informal deve perder espaço com o cashback, que exigirá CPF nas compras. Segundo, será implementado o "split payment", o sistema que vai permitir o recolhimento dos **tributos** no momento da liquidação financeira, reduzindo as possibilidades de sonegação.

Lopes também acredita ser possível evoluir num futuro para um modelo único de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), além de avançar num modelo de cashback integral, já que hoje a reforma prevê percentuais diferentes de devolução de imposto considerando o tipo de produto.

O governo aguarda receber o autógrafo (versão final do projeto aprovado) da regulamentação da **reforma tributária** do consumo para dar início aos trâmites necessários para a sanção do texto. Os ministérios setoriais envolvidos diretamente com o tema serão consultados. Caso haja algum veto, a decisão do governo vai para análise do Legislativo, que pode manter ou derrubar o veto.

A cúpula do Congresso acredita que a sanção do PLP 68/2024 vai acontecer na semana do dia 20 de janeiro. Na quarta-feira, 18, o ministro Alexandre Padilha (PT), das Relações Institucionais, disse que a expectativa do governo é sancionar a regulamentação até o fim de janeiro.

"Estamos muito felizes com o conjunto da obra da **reforma tributária**."

A expectativa é que o governo tenha todo o mês de janeiro para analisar o texto e preparar uma cerimônia de sanção, envolvendo os setores econômicos e a população que será beneficiada pela medida", disse.

A cerimônia deve acontecer no Palácio do Planalto e é esperada a presença dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que estarão prestes a encerrar seus mandatos, mas são considerados os dois principais

fiadores da reforma.

"Eu acredito que 99,9% do projeto será sancionado"
Reginaldo Lopes

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188075>

Govemo precisa sancionar logo texto de uma reforma histórica (Editorial)

Após décadas de discussão, o Brasil terá um sistema tributário mais racional, simples e equitativo que o complexo e desigual que prevaleceu do regime militar até hoje. O Congresso aprovou finalmente o primeiro capítulo da **reforma tributária**, o mais importante, que será seguido pelo da reforma dos **impostos** sobre a renda e patrimônio e a constituição do órgão gestor do regime dual de **impostos** - IBS, que substitui ICMS e ISS, e CBS, no lugar de PIS, Cofins e IPI. Entre a ambição inicial e o resultado final houve uma profusão de regimes específicos (11) e alguns lobbies de setores em busca da menor alíquota, movimento que elevou a alíquota de referência do sistema. Com os acréscimos do Senado, e o pente fino feito na Câmara, a alíquota de referência atingiu 28%. O governo fez um projeto para obter de 23% a 26,5%, a Câmara elevou-o a 27,79% e o Senado a 28,7% - no fim chegou-se ao maior IVA do mundo. Com dois atenuantes: os consumidores já pagavam isso, mas não sabiam, e há mecanismos para fazer com que a alíquota volte aos 26,5%, a trava colocada pela reforma para que não houvesse aumento da carga tributária em relação ao regime anterior.

O aumento da alíquota de referência planejada foi provocado pelo Congresso, que incluiu as carnes em uma cesta básica isenta, o que, por si só, elevou em 1,45 ponto percentual a taxa geral. O Senado incluiu o saneamento básico no grupo de produtos com isenção de 60%, além de bolachas e água mineral (isso tudo a Câmara modificou), e retirou bebidas açucaradas do Imposto Seletivo (IS), cujas alíquotas serão maiores que a de referência. A grande falha da reforma foi não incluir armas e munições no IS, que agrupa produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Com a nova tributação, os dois itens pagarão menos **impostos** do que pagam hoje.

Da mesma forma, optou-se no Senado por isenção das carnes e outros itens da cesta básica quando o cashback para famílias inscritas no Cadastro Único, as mais pobres, permitiria um benefício focalizado e não um amplo, que também favorece as camadas de renda média e alta. Para os serviços, valerá o cashback para água, energia elétrica e esgoto. O Senado incluiu depois contas de telefone e internet.

Na etapa final, o Senado reclassificou para pagamento de menos **impostos** mais de 20 bens e serviços. Os deputados, no entanto, derrubaram a maioria delas,

mas ampliaram benefícios para a Zona Franca de Manaus, entre eles a inexplicável isenção para a única refinaria de petróleo da região, pertencente à Atem, que não produz desde junho e importa quantidades acima das que fornece a capital amazonense.

A reforma ideal deveria respeitar o limite de 26,5% de alíquota de referência já desde sua aprovação. O Congresso, no entanto, entendeu diferente e deixou ao Executivo a iniciativa de recalibrar ao longo do caminho bens e serviços nos diferentes regimes específicos com alíquotas diferenciadas.

Isso não será um obstáculo enorme porque o texto aprovado preservou as características básicas da reforma, o que a equipara aos regimes internacionais semelhantes: cobrança no destino e unificada, não cumulatividade plena.

O governo terá de enviar ao Congresso projeto de lei complementar em 2033, quando o regime entra em operação integral, para recalibrar as isenções e abatimentos, se for o caso, e manter a alíquota de 26,5%. A universalização da cobrança que o IBS e CBS permitem dificultarão muito a sonegação, a emissão de notas frias e sua falsificação, ampliando a arrecadação. Por outro lado, a não cumulatividade será poderoso incentivo para que setores que se beneficiam de tributação, como o Simples e empresas que se utilizam do crédito presumido, recolham o imposto para se creditar da aquisição de bens, serviços e insumos para sua operação.

"O melhor passou", afirmou Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda. Ele acredita que a arrecadação crescerá sensivelmente e que será viável a manutenção da trava de 26,5% - ou até mesmo, com o tempo, a redução gradual da alíquota geral. Além da obrigação de projeto de lei do Executivo para rever e recalibrar bens e serviços, haverá avaliação geral obrigatória a cada cinco anos para averiguar a adequação dos grupos tarifários aos resultados que deles se esperam, inclusive os classificados no IS, que inclui veículos, bebidas açucaradas, embarcações e aeronaves, cigarros, bebidas etc. Na fase final, o Congresso fez correção necessária na taxação da mineração, isentando de **impostos** a exportação de minérios.

Haverá um bom período de transição. Em 2026, o

regime começa a ser testado, com cobrança de 0,1% do IBS e 0,9% da CBS. Em 2027 acabarão PIS-Cofins e IPI e começará a cobrança do IS. Com os mecanismos de avaliação e correção assegurados na reforma, é importante que o presidente Lula sancione logo e sem vetos o texto aprovado pelo Congresso.

Com todas as suas falhas, que podem ser eliminadas ao longo do caminho, ele consagra uma reforma histórica, que poderá aumentar a produtividade da economia e reduzir o absurdo custo de conformidade a que o velho regime obrigava. É um enorme avanço.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188075>

A reforma tributária em poucas linhas - OPINIÃO JURÍDICA

IRAPUÃ BELTRÃO

Opinião Jurídica Eduardo Salusse

O primeiro projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária** foi aprovado no Congresso Nacional.

A ideia de **reforma tributária** foi tachada de impossível há alguns anos, cuja percepção foi sendo modificada a cada etapa que avançava no processo legislativo. Sofreu uma série de alterações em relação à proposta inicial, agregando muitas complexidades não pretendidas na sua origem. De qualquer forma, o texto aprovado pode ser aperfeiçoado por novos projetos de lei corretivos, especialmente porque muitas imperfeições devem surgir. Isso é normal, dada a profundidade das alterações.

A partir desta reforma, teremos: (a) a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) de competência federal substituindo o PIS e a COFINS, que entrará em vigor integralmente em 2027; (b) o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de competência dos Estados e municípios substituindo o ICMS e o ISS a partir de 2029 de forma progressiva até 2032, quando estes últimos deixarão de existir; (c) o Imposto Seletivo (IS) que atingirá operações específicas com produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, veículos, embarcações e aeronaves, extração mineral, loterias, apostas e jogos de fantasy sports, cujas alíquotas serão fixadas por lei, respeitando critérios e limites máximos já definidos. O atual IPI será utilizado apenas para tributar, no resto do país, bens que também são produzidos na Zona Franca de Manaus, tentando manter o diferencial competitivo da região.

Para o ano de 2026 serão criadas obrigações acessórias para aferir o potencial de arrecadação da CBS e do IBS, que deve equivaler à atual arrecadação média dos **tributos** substituídos (cerca de R\$ 1,3 bi ou 13% do **PIB**). É uma regra de três. Após identificação, caberá ao Senado Federal expedir ato com a fixação desta alíquota de referência. A alíquota de referência deve ser impactada para baixo com a redução da economia informal, das fraudes e da inadimplência, especialmente por conta do mecanismo do "split payment" que assegura o crédito ao adquirente única e exclusivamente com o pagamento do tributo pelo fornecedor e não com o mero destaque (cobrança) do tributo como é feito atualmente.

Este ponto pode surpreender, pois estes números, apesar de estimáveis, são desconhecidos.

Os Estados, o Distrito Federal e municípios poderão ter alíquota própria distinta da alíquota de referência, embora não haja expectativa de que isso ocorra. Na prática, ninguém deve mudar de município ou Estado por conta de um ou dois pontos percentuais de **tributos** a mais ou a menos.

Estima-se que a alíquota de referência seja próxima de 28%, calculada por fora, o que significa dizer que os **tributos** não incidirão sobre eles próprios como ocorre atualmente. Para fins de comparação com a carga atual, é necessário adotar os mesmos critérios, o que reduz as diferenças que vêm sendo alardeadas.

Há regimes diferenciados para atividades reputadas mais essenciais, como saúde, medicamentos, educação, alimentos, higiene e limpeza, profissões regulamentadas, produtos agropecuários e afins, produções artísticas nacionais, atividades desportivas, segurança nacional e outras relacionadas no projeto, que gozarão de reduções de alíquota.

Também há isenções, como o transporte público urbano ou metropolitano de passageiros, além de créditos presumidos para produtores rurais e revenda de bens móveis usados.

Algumas atividades, por suas peculiaridades, mereceram regimes específicos, tais como combustíveis, serviços financeiros, planos de saúde, concursos de prognósticos, imóveis, cooperativas, bares e restaurantes, hotelaria e parques de diversão e temáticos, transporte coletivo de passageiros, agências de viagens e de turismo, sociedades anônimas do futebol e tratados internacionais.

A não cumulatividade será ampla, permitindo-se creditar a CBS e o IBS recolhidos nas etapas anteriores de aquisição de bens e serviços, deduzindo-os da CBS e do IBS devidos na operação seguinte. A ideia é tributar apenas o valor agregado em cada etapa de fornecimento de bens e serviços. Excetuam-se do direito ao crédito os bens e serviços adquiridos para uso pessoal dos diretores, sócios ou funcionários e que não tenham relação direta com a atividade do contribuinte.

Isso poderá gerar algum contencioso, a despeito da taxatividade mantida no texto aprovado.

A população mais carente, inscrita do CadÚnico, terá devolução dos **tributos** nas contas de energia elétrica, água e botijão de gás, mediante um sistema de "cash back" integral da CBS e parcial do IBS.

Alguns fundos foram criados para substituir ou neutralizar as distorções com as novas regras, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para reduzir as desigualdades regionais e sociais, o Fundo de Compensação de Perdas destinado a Estados e Municípios que perderem arrecadação com o novo sistema até 2077, o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais para compensar as perdas dos benefícios fiscais que serão extintos antecipadamente, dentre outros.

Na transição, espera-se algum contencioso, especialmente com bens e serviços essenciais que ficaram de fora das isenções e reduções (ex. remédios oncológicos, azeites, transporte internacional de passageiros), dentre outras situações que podem afrontar a lógica e a isonomia (ex. a briga do IS no álcool). O STF já fez controle similar em relação ao IPI.

Restará, ainda, a discussão da próxima fase da regulamentação, dispondo, sobretudo, sobre o Comitê Gestor, incluindo a administração do IBS e o contencioso tributário. Este tema também é de extrema importância para o sucesso da **reforma tributária**.

Eduardo Salusse é graduado e doutor em direito pela PUC-SP, mestre em direito tributário, responsável executivo de pesquisa do Núcleo de Estudos Fiscais na FGV Direito SP e colaborador do blog Fio da Meada Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188075>

Reforma Tributária: relator na Câmara defende que Lula sancione a regulamentação sem vetos. Veja por quê

O relator da regulamentação da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou que a tendência do governo é não fazer vetos ao texto cuja votação foi concluída nesta semana pelo Congresso Nacional. Ele ainda prevê que a sanção do texto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ocorra até o dia 26 de janeiro, com uma cerimônia no Palácio do Planalto.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabeleceu o novo sistema de **impostos** foi aprovada e promulgada pelo Congresso em 2023. Ao longo de 2024, deputados e senadores se debruçaram sobre a regulamentação da reforma.

Nessa fase, os parlamentares e o governo acertaram detalhes de medidas como cashback (devolução de **tributos** para baixa renda), Imposto Seletivo, cesta básica, tarifas reduzidas, entre outros pontos.

- Pode ter algum erro de edição, ou artigo, mas a própria técnica do relatório final pode corrigir. Estamos acompanhando. Não tem como garantir que tudo que fizemos, 100%, tem acordo do governo. Tentamos convencer, então vamos ver. Mas a tendência, no momento, eu não vejo justificativa para vetos - disse o deputado, que fez parte do grupo de trabalho da Câmara que discutiu a reforma nos últimos meses.

O projeto de regulamentação já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, numa primeira votação, e também pelo Senado no último dia 12. Como os senadores aprovaram a redação com mudanças, os deputados tiveram de votar o projeto novamente. Essa última votação ocorreu na última terça-feira. Agora, o projeto segue para sanção do presidente Lula.

Lopes explicou que, agora, os técnicos vão fechar a redação final do projeto. Ele acredita que a sanção será assinada por Lula entre os dias 23 e 26 de janeiro. Há um contato frequente entre as equipes da Câmara e do governo para sanar eventuais dúvidas.

Para o relator, a sanção da regulamentação da reforma é momento histórico.

- Vai ser o fechamento de um ciclo, de um amplo

debate. Os constituintes inclusive sonharam com essa reforma, e deixaram para o momento futuro. Passaram 36 anos e ainda continuamos com o mesmo texto que os constituintes aproveitaram de 1965. Um texto totalmente disfuncional para o século XXI (em referência ao sistema vigente), onde o atual sistema tributário talvez seja o principal motivo da desindustrialização do Brasil. Desindustrializou justamente porque cobramos o valor de um imposto acumulado, todo setor produtivo que tem mais de uma cadeia perdeu competitividade - disse o relator.

A reforma implementa no Brasil um sistema de **tributos** que é usado em diversos países do mundo, chamado de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Esse modelo unifica **tributos**, permite maior transparência e facilidade de tributação. Com o sistema não há cumulatividade de **tributos** e há mais simplificação.

No caso brasileiro, haverá duas "pernas". A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, reúne os **impostos** PIS, Cofins e IPI. A outra perna será o Imposto sobre Bens e Serviços, uma junção do ICMS estadual e do ISS municipal.

O projeto aprovado pelo Congresso é fundamental para fechar a alíquota padrão do novo sistema, porque tem a lista de exceções à reforma. O texto estabelece uma "trava" de 26,5% para essa alíquota. Se as simulações mostrarem que a alíquota passa disso, o governo precisará enviar ao Congresso um projeto cortando benefícios.

Para o relator, o texto aprovado pela Câmara garante a alíquota abaixo dos 26,5%.

- Acredito que a alíquota ainda vai baixar antes de o governo precisar mandar um projeto para retirada de benefícios. Durante a transação você tem revisão anual, então o governo pode fazer também ajustes - afirmou.

O governo também aposta em mecanismos como o chamado split payment para evitar sonegação e garantir uma alíquota mais baixa - pois a base de

arrecadação sobe. Esse sistema permite enviar o tributo diretamente para o governo sem passar pelo vendedor do produto ou serviço. Mas isso ainda demandará uma série de ajustes tecnológicos.

Durante a tramitação, houve uma estimativa de que a alíquota passaria de 28% em razão de exceções aprovadas pelo Senado. A Câmara retirou parte delas.

Uma das mudanças feitas na Câmara foi aplicar restrições em relação à compra de veículos com alíquota zero por parte de pessoas com deficiência. Embora repita a lista de condições de deficiência física, auditiva e visual do decreto que regulamenta o acesso à isenção atual, o texto restringe a abrangência do direito ao dizer que não se incluem no rol de deficiências físicas listadas aquelas que "não produzam dificuldades para o desempenho de funções locomotoras da pessoa".

- A intenção foi proteger a pessoa com deficiência. Mas estamos avaliando o tema, se for necessário alguma correção, podemos colocar em outro projeto de lei - afirmou Lopes.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/20/reforma-tributaria-relator-na-camara-defende-que-lula-sancione-a-regulamentacao-sem-vetos-veja-por-que.ghml>

Reforma Tributária: população começará a sentir efeitos das mudanças a partir de 2027, diz Appy

Após a aprovação da regulamentação da **Reforma Tributária** pelo Congresso Nacional, o secretário do Ministério da Fazenda Bernard Appy, um dos pais do texto, afirmou que a população começará a sentir os efeitos da mudança a partir de 2027.

A reforma implementa no Brasil um sistema de **tributos** que é usado em diversos países do mundo, chamado de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). No caso brasileiro, haverá duas "pernas". A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, reúne os **impostos** PIS, Cofins e IPI. A outra perna será o Imposto sobre Bens e Serviços, uma junção do ICMS estadual e do ISS municipal.

Em 2027 se iniciará a cobrança da CBS pela alíquota cheia e haverá a extinção do PIS e da Cofins. Neste mesmo ano, as alíquotas do IPI serão reduzidas a zero, exceto para os produtos manufaturados na Zona Franca de Manaus; e será instituído o Imposto Seletivo.

- Do ponto de vista do consumidor, acho que ele vai começar a sentir as diferenças em 2027. 2026 é um ano de teste, só vai ser exigido obrigações acessórias. Em 2027, começa a ser cobrado o CBS e parte do IBS. O consumidor vai ver, em 2027, na nota fiscal qual o valor da CBS e do IBS. Mas ainda estará sendo cobrado o ICMS e o ISS. Em 2033, o ICMS e o ISS deixam de existir - disse ao GLOBO.

Os efeitos totais da reforma, disse ele, serão sentidos daqui a 15 anos.

- A **Reforma Tributária** tem um efeito positivo de aumentar o potencial de crescimento da economia, o que ajuda inclusive na trajetória fiscal de longo prazo porque você mantém a arrecadação em ao **PIB** (Produto Interno Bruto). Se o **PIB** cresce mais, você arrecada mais e isso ajuda nos resultados fiscais do país - afirmou Appy,

Segundo o secretário, o efeito total da Reforma será superior 10 pontos percentuais do **PIB** potencial:

- Daqui a 15 anos, o **PIB** vai ser 10% maior do que seria sem a Reforma. É relevante. Em média, o poder

de compra de cada trabalhador brasileiro vai estar 10% maior; o lucro das empresas brasileiras vai estar 10%.

Appy explicou que a projeção de 15 anos é baseada em modelos econométricos. O prazo é considerado necessário para que toda estrutura do país possa se adaptar às novas regras do sistema tributário.

- A gente estima que o grosso desse efeito vai aparecer em 15 anos. São quatro fatores: redução do custo de investimento, aumento da competitividade da produção nacional, redução da burocracia e estímulo a adoção de métodos produtivos mais eficientes - destacou o secretário.

Apesar das exceções feitas no Congresso, Appy afirmou que a Reforma é muito boa para o país. Segundo ele, o sistema atual, por várias falhas, acaba tributando investimentos e onerando mais a produção nacional do que os concorrentes importados sejam na exportação, seja no mercado doméstico.

- Isso está sendo 99% corrigido. O sistema tributário atual leva a economia a se organizar de uma forma ineficiente - mencionou.

Ele disse que a Fazenda está avaliando todas as mudanças feitas pelo Congresso na regulamentação da Reforma para calcular a alíquota padrão.

O secretário afirmou que o mercado, que anda nervoso e fez o dólar disparar, não incorporou os efeitos positivos da reforma porque ele mira o curto prazo.

- Não houve uma incorporação adequada do impacto da **reforma tributária**, nessa reação do mercado, mas é natural. O mercado costuma se orientar mais por questões de curto prazo e não por questões estruturais de longo prazo - disse Appy,.

Ele argumenta que a reforma tem potencial para ajudar o país a enfrentar o problema fiscal porque estimulará o crescimento da economia e o aumento da arrecadação.;

Appy disse que a sua missão ainda não acabou: falta concluir no Senado a votação do projeto que trata do Comitê Gestor, critérios de distribuição de receita entre estados e municípios e contenciosos administrativos.

- Esse tema tem que andar. Houve uma criação temporária do comitê gestor para 2025, mas é fundamental que ele esteja em pleno funcionamento em 2026. Eu vou acompanhar a tramitação do projeto e espero que seja uma discussão tranquila porque são discussões de natureza federativa.

Ele disse também que o governo enviará ao Congresso no início de 2025 o projeto que define as alíquotas adicionais para bens e serviço incluídos no imposto seletivo, prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/20/reforma-tributaria-populacao-comecara-a-sentir-efeitos-das-mudancas-a-partir-de-2027-diz-appy.ghtml>

Como uma gestão eficiente pode tornar o agronegócio brasileiro mais competitivo?

Convidado

O agronegócio brasileiro, crucial para as exportações do País, enfrenta grandes desafios na gestão tributária, o que resulta no pagamento excessivo de **impostos** e taxas. De acordo com estimativas conservadoras, o desperdício anual pode ultrapassar R\$ 1 bilhão. Esse valor poderia ser economizado e reinvestido na produção e inovação tecnológica, caso fossem adotadas estratégias tributárias mais eficientes.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo setor é a subutilização de regimes fiscais e aduaneiros especiais que permitem a suspensão ou isenção de **impostos** ao longo da cadeia produtiva. Menos de 10% das empresas do agronegócio se beneficiam dessas opções legais, o que acaba impactando diretamente o preço dos produtos e prejudicando a competitividade no mercado internacional. O custo de insumos, como fertilizantes e defensivos agrícolas, muitas vezes é repassado ao consumidor final, elevando o custo de produção.

A falta de conhecimento sobre alternativas fiscais, somada ao receio de adotar estratégias que exigem maior controle e monitoramento, agrava ainda mais esse cenário. A complexidade da **legislação tributária** brasileira exige uma abordagem especializada para garantir o aproveitamento dos benefícios fiscais, sem correr o risco de penalidades.

Um exemplo de regime especial é o Drawback e o Recof-Sped, que permitem a suspensão de **tributos** como PIS, Cofins e IPI durante a produção. Para que esses regimes sejam aplicados corretamente, é essencial compreender a operação da empresa e sua posição na cadeia produtiva. Dessa forma, é possível aplicar as isenções fiscais de maneira eficaz, reduzindo custos de produção e tornando o setor mais competitivo.

Outro ponto importante é o controle aduaneiro. Muitas empresas pagam taxas adicionais, como a AFRMM, sobre o transporte de mercadorias importadas, sem perceber que podem obter a suspensão dessa taxa. Essa redução nos custos de insumos agrícolas pode impactar positivamente no preço final do produto.

Além disso, a gestão tributária eficiente exige não

apenas o cumprimento da legislação, mas também o uso de tecnologias avançadas para acompanhar as constantes mudanças nas normas fiscais. Ferramentas como machine learning e data mining oferecem uma análise detalhada da operação fiscal das empresas, identificando oportunidades de redução de custos e mitigação de riscos tributários.

Com essas tecnologias, é possível garantir que a empresa esteja em conformidade com as normas fiscais e evitar erros no recolhimento de **tributos**. O resultado é um fluxo de caixa mais saudável, com recursos disponíveis para investimentos essenciais.

Outro ponto crucial é a utilização das isenções fiscais relacionadas às exportações, especialmente no que diz respeito ao ICMS no transporte e na exportação de produtos primários. Muitas empresas não aproveitam essas isenções de forma adequada, o que aumenta os custos operacionais. Um planejamento tributário eficiente e a integração entre as operações fiscais e logísticas podem resolver esse problema.

A **Reforma Tributária**, atualmente em andamento, pode trazer novas oportunidades para o agronegócio, mas exige um acompanhamento rigoroso para garantir que os benefícios fiscais existentes sejam mantidos. A preservação dos regimes especiais será fundamental para a competitividade do setor, permitindo que o agronegócio brasileiro amplie sua participação no mercado internacional sem repassar o peso dos **impostos** aos produtos.

A solução para esses desafios passa pela combinação de tecnologia, inteligência tributária e uma visão integrada da cadeia produtiva. Empresas que investirem nessas estratégias estarão melhor posicionadas para competir no cenário global, otimizando seu caixa e garantindo uma gestão tributária mais eficiente.

* Vinicius Pacheco, Diretor de Operações de Agronegócio e Eletrônicos da Becomex, é especialista em soluções tecnológicas e consultoria tributária.

** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião de Perfil Brasil.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/como-uma-gestao-eficiente-pode-tornar-o-agronegocio-brasileiro->

***mais-
competitivo,ed5e5d102414f809c4f4fe4d25154198ed3tyx1
s.html***

Recorde de arrecadação e de inadimplência: o que isso revela do Brasil

O Brasil vivencia a dicotomia de dois recordes o de arrecadação do governo e do endividamento das empresas. Tal situação leva ao questionamento: os valores dos **impostos** cobrados pelo governo estão corretos ou as empresas estão sendo sufocadas para que o déficit zero seja alcançado a qualquer custo?

Para se ter uma ideia, a arrecadação federal atingiu o total R\$ 201,6 bilhões em agosto, alta de 11,95% acima da **inflação** sobre o mesmo mês do ano passado. Segundo a **Receita Federal**, o valor é o maior para o mês desde o início da série histórica, em 1995. De janeiro a agosto, a receita arrecadou R\$ 1,7 trilhão, alta de 9,47% acima da **inflação** na comparação com os oito primeiros meses do ano passado. O montante também é recorde para o período.

Por outro lado, o endividamento das empresas brasileiras atingiu a soma de R\$ 146,2 bilhões, segundo dados do Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian. De acordo com o estudo, ao final do primeiro semestre de 2024, 6,9 milhões de negócios estavam com contas negativadas, representando 31,2% do total de companhias existentes no Brasil.

Ainda segundo a Serasa Experian, somente em julho um total de 228 empresas entraram com pedidos de recuperação judicial, 29% a mais do que no mês anterior e mais do que o dobro (123,5%) dos registros de um ano atrás. Este é o maior número registrado na série histórica, que se iniciou em 2005. Nos primeiros sete meses deste ano, os pedidos somam 1.242.

O fato é que muitas das companhias que se encontram em uma situação preocupante, com várias contas atrasadas e aquelas em recuperação judicial não sabem que podem ter **impostos** a recuperar, o que significa uma reserva de caixa com o próprio governo faminto por arrecadação. Claro que isso ocorre, em parte, por conta da própria desorganização fiscal das empresas, mas em grande parte por conta da complexidade do sistema tributário brasileiro, que se encontra em plena reforma;

Dado interessante que ilustra essa situação vem do levantamento que fizemos dentro do sistema de auditoria fiscal do Revizia. Nos últimos cinco anos, 6.156 empresas brasileiras, com faturamento acima de

R\$ 1 milhão, deixaram a mais nos cofres públicos um total de R\$ 10,51 bilhões. Estima-se que existam mais de 250 mil empresas no Brasil com faturamento de R\$ 10 milhões ou mais. Se colocarmos o valor médio que cada empresa tem a receber, é possível aferir que os cofres públicos receberam R\$ 426,6 bilhões a mais do que deveriam entre junho de 2019 e junho de 2024, ou seja, R\$85,3 bilhão ao ano. Não é de se estranhar o recorde na arrecadação.

A fragmentação na estrutura tributária gera um ambiente de alta complexidade e falta de clareza no sistema brasileiro. Cada ente federativo possui sua própria legislação, com diferentes **impostos**, alíquotas e obrigações. Assim, a diversidade de normas e procedimentos torna a compreensão e o cumprimento das obrigações tributárias um desafio constante para as empresas que acabam por arcar com mais **tributos** do que devem pagar.

O ICMS e o PIS/COFINS são os principais **tributos** da lista de encargos recuperáveis. Isso porque como são **tributos** indiretos que, por sua natureza, são repassados nos preços até alcançarem os consumidores finais, estas operações (compra, venda, transferências etc.) geram grandes volumes de recursos. Desta forma, sua incidência e conseqüentemente a recuperação, quando pagos indevidamente, são notoriamente expressivos.

Este cenário deve mudar com a **Reforma Tributária**, mas, ao menos por enquanto, a situação ficará ainda mais complexa. O novo sistema passará por um período grande de transição, o que significa que durante alguns anos, dois sistemas e duas regras diferentes estarão em vigor, o que faz com que as empresas precisem se organizar ainda mais e estejam sempre atentas às mudanças para o devido cumprimento das obrigações tributárias.

Para empresas que estão atravessando momentos de dificuldade, a recuperação de **tributos** surge como uma oportunidade de gerar caixa e buscar recursos. No momento, o futuro é incerto e, diante das mudanças que estão por vir e da conjuntura econômica desafiadora, os empresários devem buscar agora garantir agora os possíveis créditos existentes.

(*) Vitor Santos é CEO do Revizia, empresa especializada em auditoria e compliance fiscal que

atua por meio de uma plataforma SaaS baseada em machine learning.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/registre-de-arrecadacao-e-de-inadimplencia-o-que-isso-revela-do-brasil,4a0dbcc77286d6a03281d7a7977abd913hn4xm8v.html>

Meta de inflação é 'dura demais' com a economia, diz professor da Unicamp

Colaboração para o UOL, em Campinas (SP)

A meta da **inflação** no Brasil é muito "dura" com a economia, o que faz com que o aumento da taxa de juros seja uma forma de "tentar evitar o pior". Essa é a avaliação do cenário atual feita a pedido do UOL por Marco Antonio Rocha, professor do Instituto de Economia da Unicamp, em Campinas (SP). Ele considera que não há apenas um motivo para alta do dólar e que o pacote de ajuste fiscal proposto pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) será apenas 'suficiente' para cumprir a meta de 2025.

Não há apenas um motivo para a recente alta do dólar, que chega a 38 centavos (ou 6,5%) em um mês. O professor Rocha explica que houve uma reavaliação, por parte dos agentes financeiros, de suas expectativas. Eles esperavam que as taxas de juros no longo prazo se movessem para índices menores, o que não aconteceu por causa da projeção da **inflação** e do forte desempenho da economia nos últimos meses.

A meta oficial de **inflação** para 2024 e 2025 é de 3%, com "margem de erro" de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Porém, com os resultados dos últimos meses, o Banco Central admitiu que o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) vai com certeza ultrapassar a meta estabelecida pelo governo. Em novembro, considerando os últimos 12 meses, o IPCA estava em 4,87%.

O intervalo estabelecido pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) determina que IPCA deve terminar este ano em 3%. O valor tem margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, entre 1,5% e 4,5%.

Isso fez com que os agentes "virassem a aposta", se desfazendo de títulos financeiros com juros de longo prazo. Por consequência, houve a busca por outros ativos, sendo um deles o próprio dólar.

A demora do Banco Central para responder à alta volatilidade do câmbio deixou o mercado ainda mais agitado. "Essa é a tendência demonstrada no governo Lula 3, e que os agentes financeiros já têm 'internalizado', aumentando a especulação", afirma.

A sinalização de que o Banco Central americano vai manter a taxa de juros em nível alto em 2025 faz com

que a taxa de juros dê um "sinal de resiliência". Atualmente, a Selic está em 12,25% ao ano. Segundo o economista, isso faz com que haja uma aposta na manutenção desse cenário no médio prazo e isso também impacta a situação brasileira.

Marco Antonio Rocha, professor do Instituto de Economia da Unicamp

Pacote fiscal anunciado pelo governo é apenas "suficiente" para fazer a **inflação** se aproximar da meta primária do novo arcabouço. Para 2025, a previsão é de que esse índice fique em 0,5%. O mecanismo de controle de gastos prevê "uma faixa" entre -0,25% e 0,25%, como uma espécie de "margem de erro". "Porém, a preocupação maior do mercado é com a trajetória da dívida pública, nem tanto com a meta primária", afirma.

Para atingir a expectativa do mercado, o governo teria que promover um ajuste fiscal muito maior. Mas Rocha reconhece que esses cortes "mais profundos" seriam inviáveis do ponto de vista político.

A meta de **inflação** é "dura demais" com a economia brasileira, e isso força a subida dos juros, segundo o professor. Em 11 de dezembro, o Banco Central elevou a Selic para 12,25% ao ano, com sinalização de mais dois aumentos de 1 p.p., um em janeiro e outro, em março. O aumento acaba por reajustar diretamente a dívida pública, para cima. A IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado aponta que o governo deve fechar 2024 devendo 78,3% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Marco Antonio Rocha, professor do Instituto de Economia da Unicamp

O Orçamento do ano que vem não deve dar "grandes sustos" no governo e deve ficar próximo à meta de resultado primário (a diferença entre receitas e despesas) dentro do arcabouço. O Projeto de Lei Orçamentária Anual foi aprovado na quarta-feira (18) após votação simbólica no plenário do Congresso.

A proposta de Orçamento aprovada prevê um salário mínimo de R\$ 1.502 e déficit de até R\$ 31 bilhões nas contas públicas no próximo ano. O texto também prevê um crescimento de 2,5% do **PIB**.

Revisão da LDO ainda pode ser necessária. A possibilidade considera a aprovação do Projeto de Lei Complementar 210/24, que institui gatilhos do arcabouço fiscal e muda regras para contingenciamento e bloqueio de emendas parlamentares, como a informação de contas para depósito dos valores. Diante da situação, o governo pode precisar enviar um projeto para atualizar a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente até momento.

A **Reforma Tributária** não deve impactar tão cedo nas contas públicas. Mesmo a mudança no Imposto de Renda , que aumenta a faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil, pode só começar a ter efeito em 2026, "na melhor das hipóteses", estima o professor.

Reforma Tributária em itens de consumo ainda é uma incógnita. O professor considera que deve haver alguma simplificação, que deve dar "um pequeno ânimo" para os agentes, mas ainda é difícil de avaliar seu impacto imediato.

Marco Antonio Rocha, professor do Instituto de Economia da Unicamp

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/12/20/meta-de-juros-e-dura-demais-com-a-economia-diz-professor-da-unicamp.htm>

Congresso aprova projetos do ajuste fiscal

RAFAELA GONÇALVES E ISRAEL MEDEIROS

Duas das três propostas que compõem o pacote de corte de gastos enviado pelo governo federal foram aprovadas pelo Congresso.

O conjunto de medidas, que tem como objetivo tentar equilibrar as contas públicas em 2025, sofreu alterações na Câmara dos Deputados, que foram chanceladas pelos senadores.

Entre questões polêmicas, foi aprovada a proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata de limitações no abono salarial e no Fundo de Financiamento da Educação Básica (Fundeb).

O texto foi aprovado em primeiro turno por 53 votos favoráveis e 21 contrários. No segundo turno, 55 votaram a favor e 18 contra.

A PEC deve ser promulgada hoje pelo presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Uma das principais alterações foi a limitação dos supersalários, que ficou para ser regulamentada via lei ordinária, que será discutida depois. Na prática, isso beneficiaria os grupos que recebem acima do teto constitucional do funcionalismo público, que corresponde ao subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 44 mil, neste ano. Essa alteração é resultado direto de grupos de pressão ligados a carreiras do Poder Judiciário.

No texto do governo, só poderiam ficar fora do limite as verbas indenizatórias previstas em lei complementar de caráter nacional. A proposta também estabelece condições e limites para a ampliação ou prorrogação de incentivos tributários e a previsão de até 10% dos valores enviados pela União para complementar o Fundeb.

Esse percentual é metade daquilo que foi proposto pelo governo, de 20%. No que diz respeito ao Fundeb, o texto ainda prevê que os recursos possam ser usados para a alimentação escolar.

A partir de 2026, estados e municípios precisarão destinar ao menos 4% de recursos próprios para esse fim.

O maior alvo de embate foi o Fundeb, os senadores suprimiram do texto o artigo que retirava dinheiro das escolas de tempo integral para custear a merenda dos

estudantes. Com a retirada do artigo, o dispositivo deve ser negociado com a Câmara dos Deputados para enviar o texto para promulgação.

A senadora professora Dorinha Seabra (União-TO) afirmou que o dispositivo, introduzido na Câmara, "comete um grave equívoco ao permitir que os recursos da educação, os recursos do Fundeb sejam utilizados para alimentação escolar".

"Obviamente, os programas de alimentação escolar e merenda são importantes, o Brasil dá exemplo mundial em relação à questão da alimentação. O que é equivocado é ser introduzido o parágrafo 4º, que permite a utilização dos recursos de educação para alimentação escolar", disse, em plenário.

Segundo a parlamentar, há uma preocupação em relação aos estados, municípios e à própria União, que usam os recursos da assistência. "Está muito claro que a alimentação, a merenda, não pode ser utilizada para o cumprimento dos mínimos constitucionais; muito menos, e é um absurdo, usar os recursos do Fundeb", afirmou.

O projeto foi aprovado pelo Senado em aproximadamente uma hora e meia. Na Câmara, a discussão levou dois dias. Para conseguir o número de votos necessário, que tem quórum qualificado e precisa de ao menos 308 votos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), flexibilizou a contagem ao permitir que deputados registrassem seus votos remotamente.

Além da oposição ao governo, formada principalmente por deputados do PL, o PSol, que também vinha criticando as medidas do corte de gastos, se posicionou contra. Na quarta-feira, o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), havia cobrado "os companheiros do PSol" pela falta de apoio ao pacote fiscal. Não adiantou: os deputados da Federação PSol-Rede mantiveram a posição e votaram com a oposição.

A PEC foi desidratada pela Câmara.

Os deputados alteraram alguns pontos que diminuem o impacto do corte de gastos. O Senado manteve praticamente o texto todo, com exceção da exclusão do uso de recursos do Fundeb para custear as merendas escolares.

A proposta também prorroga, até 2032, a

desvinculação de até 30% da arrecadação de **impostos** e contribuições sociais. Com essa medida, a União pode utilizar livremente quantias que estavam, originalmente, vinculadas a determinadas áreas.

O texto ainda amplia a desvinculação às receitas patrimoniais do governo, que incluem, por exemplo, dividendos, royalties e concessões. Além disso, determina a criação ou prorrogação, até 2032, da vinculação constitucional de receitas seguindo a regra de crescimento de despesas do arcabouço fiscal. Ou seja, entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação**.

BPC pendente

No Senado, o primeiro item aprovado foi o projeto de lei que estabelece novos limites para os gastos públicos em caso de déficit primário (PLP 210/2024). Em caso de déficit primário, ficará proibida a concessão, ampliação ou prorrogação de incentivos ou benefícios tributários. A proposta também impõe travas para o crescimento de despesas com pessoal.

O texto ainda define que o governo poderá bloquear ou contingenciar parte das emendas parlamentares ao Orçamento quando houver resultado negativo na economia. A proposta recebeu 72 votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção.

O senador Hamilton Mourão, do Republicanos, foi o único a votar contra o primeiro projeto do pacote de corte de gastos.

Ficou pendente para votação, hoje, o PL 4.614 de 2024, que trata de mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), da limitação ao crescimento real do salário mínimo.

Esse é o trecho de maior resistência do pacote de corte de gastos. Na Câmara, o dispositivo, relatado pelo deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL) retirou a mudança na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) depois de forte pressão de parlamentares, integrantes do Governo do Distrito Federal, empresários e veículos de comunicação da capital (leia mais nas páginas 13 e 14).

A sessão do Senado para apreciação da matéria está marcada para as 10h. "Consideramos que o resultado é extremamente positivo. Nesta sexta, a gente completa a votação e entregaremos o pacote de ajustes completo para a sociedade e para o governo", disse a jornalistas o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), após a votação.

"Não existe nenhum sinal clínico de desidratação do pacote encaminhado pelo ministro Fernando Haddad aqui para o Congresso Nacional. O termo

desidratação, que está sendo usado, é incorreto" Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais

**

SAIBA MAIS

Veja os tópicos mantidos e os alterados do PLP 210/2024, da PEC 45/2024 e do PL 4.614/2024

PONTOS ALTERADOS

» Supersalários

O texto aprovado prevê que as limitações aos supersalários deverão ser regulamentadas via lei ordinária a ser discutida depois, que requer um quórum mais baixo e pode mais facilmente ser flexibilizada.

Na prática, isso beneficiaria os grupos que recebem acima do teto constitucional do funcionalismo público, hoje de R\$ 44 mil mensais.

» FCDF

O projeto encaminhado pelo Executivo previa uma mudança na fórmula de cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) para limitar o aumento dos recursos à variação da **inflação**. O dispositivo foi retirado do texto após articulação da bancada do DF.

» Fundeb

O relator também reduziu de 20% para 10% o percentual da complementação da União ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), que poderá ser usado em ações para criar e manter matrículas em tempo integral na educação básica.

» BPC

O projeto de lei que muda a regra de correção do salário mínimo retirou parte das exigências que o governo havia proposto para as pessoas terem acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). As mudanças feitas pelo relator devem diminuir o impacto da proposta em R\$ 12 bilhões até 2030.

» Fim do DPVAT

O projeto de lei revoga a lei que recriou o seguro obrigatório de veículos automotores (SPVAT, antigo DPVAT) em 2024. O DPVAT havia sido extinto no governo Bolsonaro, e, neste ano, depois de

mobilização da equipe econômica, o Congresso havia aprovado a volta do seguro obrigatório.

PONTOS MANTIDOS

» Salário mínimo

Foi mantida a regra do governo que limita o crescimento real do salário mínimo acima dos limites do arcabouço fiscal, que vai de 0,6% a 2,5% ao ano.

Hoje, o mínimo é corrigido pela **inflação** mais o **PIB** de dois anos anteriores. O ganho real do salário mínimo era uma das promessas de campanha do governo Lula, sancionada em 2023.

» Abono salarial

Foram mantidas as novas regras para o abono salarial (PIS/ Pasep), restringindo o acesso ao benefício. O abono passará a ser pago para quem ganha até dois salários mínimos. Esse valor será corrigido apenas pela **inflação**, e pela regra de transição, vai chegar a um ponto em que, para ter acesso ao abono salarial, o trabalhador só poderá ganhar um salário mínimo e meio.

**

Votação do Orçamento fica para o ano que vem

A cúpula do Congresso Nacional decidiu adiar a votação do Orçamento de 2025 para o ano que vem. A decisão foi tomada na noite de ontem, por parlamentares e técnicos à frente da elaboração da peça orçamentária, incluindo o relator-geral do Orçamento, senador Angelo Coronel (PSD-BA). Alguns articuladores políticos do Palácio do Planalto ainda pedem uma votação nesta semana, mas há resistência.

A dois dias do encerramento do ano legislativo, a cúpula do Congresso decidiu esperar o pagamento de emendas parlamentares que ainda não foram liberadas pelo governo Lula neste ano, negociar os repasses futuros que forem prometidos para a aprovação das medidas de corte de gastos e ainda incorporar os efeitos do pacote fiscal na peça orçamentária.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) define para onde vai o dinheiro da União, incluindo os investimentos, as despesas dos ministérios e as emendas parlamentares.

Sem a aprovação do projeto, o governo estará autorizado a gastar apenas uma parte dos recursos de forma provisória para evitar um apagão na máquina

pública.

A autorização provisória, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foi aprovada nesta semana, inclui salários, aposentadorias, despesas da saúde e obras em andamento, entre outras despesas inadiáveis.

O adiamento compromete o pagamento de emendas parlamentares de 2025, que devem ultrapassar R\$ 50 bilhões. Novas emendas só poderão ser liberadas após a aprovação do Orçamento.

Nos bastidores, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ainda pedia para os parlamentares votarem o Orçamento nesta semana, hoje ou amanhã, remotamente.

O apelo, no entanto, não encontrou eco suficiente nem mesmo na base aliada.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), argumentou com colegas que era melhor para o Executivo esperar, usar o gasto provisório e contar com um Orçamento mais realista no próximo ano.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6786/20-12-2024.html?all=1>

Juros mais altos nos Estados Unidos criam nova pressão para BC brasileiro (Editorial)

O real bateu novo recorde e, na própria quarta-feira, registrou a maior desvalorização diária desde novembro de 2022. Com juros mais altos nos Estados Unidos, o Banco Central (BC) brasileiro precisará ser ainda mais rigoroso na alta dos juros para manter capitais por aqui, já que investir em papéis do Tesouro americano será mais atraente. O mesmo movimento se faz sentir mundo afora. Logo depois do anúncio, despencaram as bolsas de valores nos Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Índia, Hong Kong, Reino Unido, Europa e Brasil. Também desabaram as cotações do euro, da rúpia indiana, do iuane chinês, do won sul-coreano e de moedas em mercados emergentes. Todos sofrem, mas o Brasil é destaque negativo.

Em sua justificativa, o presidente do Fed, Jay Powell, constatou o ritmo mais lento da queda da **inflação** para a meta de 2%. Está na conta também a volta de Donald Trump à Casa Branca no mês que vem. Pelo que foi dito durante a última campanha eleitoral, o segundo mandato de Trump promete ser ainda mais turbulento que o primeiro. Tarifas comerciais, deportações em massa, cortes de **impostos** e afrouxamento de regulações deverão ter grande impacto na economia. Como se trata de Trump, todos os cenários são possíveis.

Mesmo que a realidade se prove menos drástica, a pressão sobre mercados emergentes se manterá alta. Com o controle republicano da Câmara e do Senado, Trump governará aparentemente sem amarras. É uma incógnita como isso impactará as economias americana e global. Diante da incerteza, causa estranheza a falta de ação do governo brasileiro e também do Congresso para debelar a crise de confiança que se abateu sobre a economia. O contexto internacional impõe um ajuste mais drástico nas contas públicas, para os gastos não ultrapassem as receitas, a trajetória ascendente da dívida pública ser revertida no curto prazo e os riscos diminuam. A incapacidade de agir agora na medida adequada cobrará um preço muitas vezes maior se o pior cenário se concretizar. O cenário para a economia mundial já era amplamente desfavorável ao Brasil. Na quarta-feira, o Federal Reserve (Fed), o banco central americano, deu mais um motivo para o governo e o Congresso promoverem um ajuste fiscal mais rigoroso. O Fed reduziu a taxa de juro em 0,25 ponto percentual, para 4,5% ao ano. A medida era esperada.

A surpresa foi a nova política vislumbrada para o ano que vem. Em setembro, o Fed previa quatro novas quedas de juros em 2025. Agora, informou que não devem passar de duas. A perspectiva de uma taxa de juros americana acima do previsto se fez sentir imediatamente nos mercados de câmbio e de ações no mundo todo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Milei tenta acelerar processo de dolarização na economia argentina

O governo Javier Milei está correndo contra o tempo enquanto trabalha com grandes bancos e empresas de pagamento para tomar realidade sua proposta de dolarização da economia argentina, mesmo com a alta demanda por pesos. Para isso, o governo da Argentina planeja tomar duas medidas: a primeira é lançar o primeiro cartão de débito com duas moedas, para que os argentinos possam realizar pagamentos em dólares, apesar dos controles cambiais em vigor. A segunda é permitir que os bancos forneçam empréstimos em dólares para setores que hoje estão excluídos desse tipo de financiamento.

As iniciativas visam aproveitar o recente aumento nos fluxos de dólares provenientes da anistia fiscal do governo. Nos últimos cinco meses, os argentinos depositaram mais de US\$ 20 bilhões nos bancos locais. Esse fluxo de dinheiro estrangeiro, combinado a uma medida do governo para limitar a oferta de moeda local, ajudou o peso a se valorizar mais de 20% nos mercados paralelos desde que atingiu uma mínima histórica em julho.

Agora, com o peso estabilizado, o uso do dólar deverá aumentar em transações do dia a dia, disse o presidente Milei na semana passada.

- A partir de agora, todo argentino poderá comprar, vender e emitir faturas em dólares, ou na moeda que considerar, exceto para o pagamento de **impostos** - disse Milei em um programa de televisão nacional.

SEM CASAS DE CÂMBIO

Autoridades estão incentivando processadores de pagamento do país a desenvolverem um mecanismo para permitir compras com cartão de débito em dólares.

O ministro da Economia, Luis Caputo, quer que o cartão seja lançado em janeiro, mas as empresas acreditam que isso só poderia ocorrer em março. Pelo plano, os consumidores argentinos poderão usar os dólares que depositarem em suas contas sem precisar passar primeiro por casas de câmbio, ao contrário do sistema atual, que só permite o uso de pesos.

Além disso, o governo argentino está pressionando os bancos a estenderem os empréstimos em dólares para mais setores. Na quarta-feira, Caputo disse que quer

que empréstimos empresariais e imobiliários sejam oferecidos na moeda americana. Ele disse que há conversas em andamento com empresas imobiliárias para estabelecer programas de hipotecas denominadas em dólar.

As regulamentações atuais só permitem acesso a dólares para as empresas que obtêm receita em moeda estrangeira.

-Nosso objetivo é remonetizar a economia, tanto em pesos quanto em dólares. Queremos que as pessoas usem seus dólares porque isso reativa a economia, gera mais renda e nos permite reduzir os **impostos** - afirmou Caputo.

Durante a campanha, Milei prometeu fechar o Banco Central da Argentina e adotar o dólar como moeda do país. Uma vez no cargo, mudou de estratégia. A abordagem, chamada de "dolarização endógena", envolve restringir a oferta de pesos, forçando os argentinos a usarem suas reservas em dólares para pagar as despesas regulares 'VAI LEVAR TEMPO'

Alguns supermercados e bares começaram a aceitar pagamentos em dólares, mas as instituições financeiras ainda estão no processo de implementar a infraestrutura necessária para processar tais transações.

- Estamos sentindo um crescimento exponencial

em nossos fundos em dólares. Transações em dólares continuarão a crescer em 2025, e precisamos continuar desenvolvendo novos produtos para atender à demanda - disse Camila Gallelli, gestora de portfólio na San-tander Asset Management em Buenos Aires, que já administra US\$ 430 milhões.

-O desafio é oferecer mais transações em dólares. É uma solicitação geral da indústria de fintech - disse Mario Biocca, diretor da Câmara de Fintechs argentina.

Por enquanto, tanto bancos quanto fintechs oferecem opções para poupar em dólares, numa tentativa de colocar os recursos da anistia fiscal em circulação. Uma das maiores fintechs argentinas, a Ualá, já obteve aprovação da autoridade reguladora, a CNV, para lançar um fundo em dólar que pagará um

rendimento anual semelhante aos títulos do Tesouro dos EUA.

Ainda assim, analistas duvidam que as medidas sejam suficientes para estabelecer as bases da estratégia de dolarização do presidente.

-A dolarização vai levar tempo, precisa de mais reformas estruturais que tomarão a Argentina um país normal. Maximizar esse fluxo único de dólares que a Argentina recebeu pode ser útil para alcançar os objetivos. Mas, por si só, não é o suficiente -diz Alejo Czerwonko, diretor de investimentos do UBS Group AG para mercados emergentes das Américas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacote de contenção de gastos para manter meta fiscal avança no Congresso

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet De Brasília

Após semanas de dificuldades, o pacote fiscal do governo Lula (PT) para conter o crescimento dos gastos nos próximos anos e manter viável o novo arcabouço fiscal avançou no Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira a proposta de emenda constitucional (PEC) que muda a regra de concessão do abono salarial e o projeto de lei que limita o aumento real do salário mínimo e cria regras de combate a fraude no Benefício de Prestação Continuada (BPC). No Senado, foi aprovado o projeto de lei complementar que estabelece gatilhos caso o governo continue a registrar déficits. As medidas, no entanto, foram desidratadas em vários pontos (leia mais abaixo).

Principal proposta do ajuste fiscal, o projeto que estabelece um teto para crescimento real do salário mínimo e muda regras de acesso ao Bolsa Família e ao BPC foi aprovado por 290 votos a 170.

Era considerada a medida mais difícil politicamente por mexer com direitos da população mais pobre e das bases eleitorais do PT, mas acabou aprovada por larga margem após alterações no benefício para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Esse foi o grande debate no plenário.

A intenção era proibir que duas pessoas na mesma família recebessem o BPC, que o patrimônio passasse a ser considerado para linha de corte para o pagamento e que outros benefícios, como aposentadoria, fossem incluídos no cálculo de renda para determinar se a pessoa tem direito (apenas famílias com renda per capita de até 25% do salário mínimo podem receber).

O governo também queria que apenas pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho pudessem receber o benefício. Essas propostas foram todas rejeitadas pelo relator, o deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), após críticas dos partidos. Mas, no lugar, ele negociou que apenas deficiências moderadas e graves terão direito ao auxílio, o que deve causar corte nos beneficiários.

O deputado Duarte Júnior (PSB-MA) afirmou que a

proposta será judicializada por ser inconstitucional.

"Esta proposta está boa para quem? Esta proposta está destruindo direitos.

Está excluindo autistas", criticou.

"Vossas excelências estão prestes a condenar, a uma pena em caráter perpétuo, a perda do direito de viver com dignidade", disse.

Relator do projeto, o deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL) defendeu que o texto preserva o programa "com responsabilidade e justiça social, mas também com segurança jurídica". "Para todos aqueles escritórios de advocacia que vivem de fabricar mecanismos para burlar o programa, que foi feito para beneficiar a população mais carente de nosso país, para todos vocês, hoje é um dia muito ruim", afirmou. "Vamos preservar para quem realmente precisa", disse.

Outras medidas serão adotadas para combater fraudes e a concessão do BPC por decisão judicial.

Será exigido recadastramento biométrico dos beneficiários, avaliação por peritos federais para classificar o grau de deficiência e a adoção do código da Classificação Internacional de Doenças (CID) nas decisões judiciais, além de proibido que os juízes excluam rendas das famílias se isso não estiver expressamente autorizado em lei.

Outra medida com forte impacto fiscal é impor um teto de 2,5% para o ganho real (acima da **inflação**) da política de valorização do salário mínimo dos governos do PT. A mudança foi aprovada por 277 votos a 174. A ideia é atrelar o salário mínimo as regras do novo arcabouço fiscal, já que esse pagamento tem impacto nas contas da previdência e benefícios sociais. A expectativa do governo é economizar R\$ 2,2 bilhões em 2025 e R\$ 9,7 bilhões em 2026 com a alteração.

O projeto também autoriza o Executivo a modificar os parâmetros de permanência no Programa Bolsa Família por ato infralegal e determina que os municípios deverão observar, ao fazerem o cadastro dos beneficiários, o índice máximo de famílias compostas por uma só pessoa, com o objetivo de evitar fraudes nos pagamentos.

Por outro lado, o relator, que é do MDB do governador Ibaneis Rocha, rejeitou no seu parecer a mudança na forma de cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que passaria a ser corrigido só pela **inflação**. Para 2025, a perda será de R\$ 800 milhões.

Até 2030, de R\$ 12 bilhões. Para o relator, o texto impunha "severa restrição" ao governo e a Constituição determina que é responsabilidade da União manter a segurança pública na capital.

Apesar da pressão do Distrito Federal contra a mudança, o governador propôs, e a Câmara Legislativa aprovou há três semanas, a redução de **impostos** para a população local, com redução do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) de 3% para apenas 1% para novas construções e 2% para casas e apartamentos antigos.

Com a medida, o governo abriu mão de R\$ 1 bilhão em três anos com o discurso de estimular a formalização e atividade econômica.

O Senado também aprovou, rapidamente e por 71 votos a 1, o projeto de lei complementar do pacote fiscal, que cria gatilhos de ajuste nas contas públicas. Caso o governo federal registre déficit primário nos próximos anos, ficará proibido de prorrogar, conceder ou ampliar incentivos tributários e a as despesas com pessoal poderão crescer, no máximo, 0,6% acima da **inflação**.

Os senadores deram aval à proposta sem alterações em relação ao texto votado na Câmara no dia anterior, o que permitiu que seja enviado à sanção presidencial. O texto, no entanto, foi desidratado com um bloqueio menor das emendas parlamentares, a exclusão de fundos que serão usados para quitar a dívida pública e a rejeição do limite à compensação tributária por grandes empresas.

Já a PEC do pacote fiscal foi aprovada em dois turnos na Câmara na tarde de quinta-feira e, à noite, já era debatida no plenário do Senado. A votação ainda não tinha sido concluída até o fechamento desta edição.

"Esta proposta destrói direitos,[...] leva à perda do direito de se viver com dignidade"

Duarte Júnior

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188075>

Adoção requer coordenação política e esforço regulatório

André Tomazela Para o Valor, de São Paulo

O mercado de carbono se consolida como ferramenta central no combate às mudanças climáticas.

Segundo o Banco Mundial, há 75 instrumentos de precificação de carbono no mundo, sendo 39 **impostos** sobre carbono ("carbon tax") e 36 sistemas de comércio de emissões. Esses mecanismos abrangem 18% das emissões globais e impactam um terço da população mundial. No Brasil, a Lei no 15.042 instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), essencial para atingir as metas de corte de emissões previstas na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

A implantação do SBCE, incluindo a regulamentação, pode levar ao menos cinco anos e enfrenta desafios.

Segundo Carolina Caiado, sócia de direito público e assuntos governamentais no Campos Mello Advogados, o processo exige esforço coordenado do governo federal. "Persistem incertezas sobre a estrutura e a governança da entidade reguladora do SBCE." Para Guarany Osório, coordenador do programa de política e economia ambiental da FGV Eaesp, o principal desafio é político. "É preciso alinhar reguladores e setores econômicos. A aceitação das indústrias é essencial, especialmente diante de pressões internacionais, como o Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras [CBAM] da União Europeia, que impõe sobretaxas a produtos de países sem precificação de carbono", explica.

Além do Brasil, países como Índia, Colômbia e Chile avançam na implementação de mercados regulados de carbono. Viviane Romeiro, diretora de clima, energia e finanças sustentáveis do Cebds, conta que os processos podem ser demorados. "Os sistemas de taxa sobre carbono, com custo baixo, contrastam com os de comércio de emissões, que exigem maior esforço regulatório, tornando o processo mais lento, embora este último esteja em expansão", diz.

O Brasil, segundo país a apresentar sua meta climática para 2035, ganhou destaque na COP29, em Baku. O compromisso prevê cortes de emissões entre 59% e 67% em relação a 2005. Apesar do grande potencial de redução devido à matriz energética renovável, o desmatamento ilegal permanece como a

principal fonte de emissões.

"É essencial combatê-lo com instrumentos mais eficazes e de menor custo", avalia Romeiro.

As recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) pedem corte de 60% nas emissões até 2035 em relação a 2019.

O Brasil tem potencial para metas mais ambiciosas. Para Romeiro, o SBCE pode ser fundamental para reduzir emissões em setores difíceis de mitigar, como indústria e energia.

"Revisar os subsídios aos combustíveis fósseis, que consomem R\$ 90 bilhões anuais, é essencial, permitindo direcionar recursos para energias renováveis e ações de mitigação", diz a diretora do Cebds.

A agricultura e o uso da terra, que geram grande parte das emissões, também merecem esforços.

Para Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa, o comércio de emissões não regula essas áreas sozinho, sendo necessário o uso de instrumentos como o Código Florestal.

"A governança, por meio de uma autoridade independente para regular o mercado de carbono, é essencial para garantir sua eficácia", afirma, sugerindo o modelo da Nova Zelândia, que revisa seu mercado anualmente, como ideal.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188075>

BC afina discurso em intervenção recorde

ROSANA HESSEL

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, antecipou em uma semana a saída do cargo e chamou, ontem, o seu sucessor, o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, para fazer a passagem simbólica de bastão, e dar vários recados ao mercado.

O principal deles foi que a transição do comando do BC está sendo pacífica e que a atual política monetária será mantida pelo escolhido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que culpou Campos Neto pelos reveses na área econômica. O titular do BC contou que sairá em recesso, a partir de hoje, e Galípolo assumirá interinamente a presidência.

A partir de janeiro, passará a ser o presidente do Banco Central, exercendo o mandato pelos próximos quatro anos.

Enquanto o atual e o próximo presidente do BC falavam, o dólar subia, mesmo com duas intervenções do autoridade monetária no mercado de câmbio (leia reportagem ao lado). Ambos consideraram a forte desvalorização do real como atípica e resultado de um aumento do fluxo das empresas estrangeiras que mandam recursos para o exterior. Reforçaram compromisso de levar a **inflação** para o centro da meta, de 3%, e de manter os juros no campo restritivo "o quanto for necessário".

Campos Neto fez questão de afirmar que a decisão mais dura com a **inflação** do Comitê de Política Monetária (Copom) foi liderada pelo futuro presidente do BC. Galípolo foi taxativo em relação a esse compromisso. Disse que a instituição vai buscar o juro restritivo para economia necessário para perseguir a meta de **inflação**.

Ele contou que tem conversado com o presidente Lula, e que o chefe do Executivo manifestou confiança sobre o trabalho realizado no Banco Central.

"O Banco Central tem todas as ferramentas necessárias para perseguir e atingir a meta, sim, seja do ponto de vista técnico da política monetária, seja do ponto de vista institucional. O BC tem toda a autonomia, tem toda a confiança do presidente da República também", garantiu Galípolo durante a apresentação do Relatório de **Inflação*****, com as novas projeções macroeconômicas do BC.

A instituição admitiu que haverá estouro do teto da meta de **inflação**, de 4,50%, neste ano. Com isso, será a terceira vez na gestão de Campos Neto que o BC descumprirá a meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Uma carta será enviada para o presidente do Conselho, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, justificando o fato.

Campos Neto destacou que nenhum país atingiu a meta de **inflação** neste ano. "Acho que a gente precisa colocar essa informação num contexto global de um fator muito ativo e tudo o que aconteceu na pandemia. É preciso entender que o BC fez adaptações no momento em que tivemos uma situação muito extraordinária, que os modelos, inclusive, tinham dificuldade de caracterizar coisas que a gente olhava com frequência", afirmou o presidente do BC.

Ele ressaltou que a instituição, inclusive, foi muito elogiada por ter sido a primeira a aumentar a taxa de juros e que, por isso, recebeu vários prêmios internacionais.

"Olhando para trás, o BC foi muito proativo, mas passamos por um surto inflacionário global", acrescentou.

***Relatório de **Inflação**

Pelas novas projeções do Banco Central, divulgadas, ontem, no Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), o Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano crescerá 3,5% em vez dos 3,2% estimados no relatório anterior, de setembro. A projeção para a **inflação** oficial deste ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), passou de 4,3% para 4,9%, acima do teto da meta, de 4,5%. Para 2025, o BC elevou de 2% para 2,1% a estimativa de crescimento do **PIB** e a previsão para a **inflação** foi revisada de 3,7% para 4,5%.

"Existem, sim, problemas fiscais a serem endereçados. Nenhum programa vai ser uma bala de prata e não dá para buscar falsos atalhos"

Gabriel Galípolo, futuro presidente do BC

"Entendemos que começou a ter uma saída atípica (de dólares) no fim do ano. O BC tem muita reserva (cambial) e vai atuar quando for necessário"

Roberto Campos Neto, atual presidente da autarquia

Esforço para evitar ruídos

Campos Neto comentou que, no Relatório de **Inflação**, o BC destacou que o pacote fiscal do governo gerou uma frustração no mercado, que considerou o corte de cerca de R\$ 70 bilhões insuficiente para estabilizar a trajetória de crescimento da dívida pública.

E, em relação aos leilões de ontem, nos quais o BC injetou mais US\$ 8 bilhões no mercado, ele afirmou que a medida foi devido ao aumento do movimento atípico de saída de dólares do mercado devido ao maior volume de remessas de empresas estrangeiras para as matrizes no exterior.

"Nós entendemos que começou a ter uma saída atípica (de dólares) no fim do ano.

A parte de dividendos paga pelas empresas estava acima da média. A gente começou a perceber que o fluxo financeiro estava bastante negativo", disse Campos Neto. E, apesar dos leilões recentes desde a semana passada, o dólar tem se mantido acima de R\$ 6. E, para minimizar o fato, ele afirmou que "o BC tem muita reserva (cambial) e vai atuar quando for necessário".

Galípolo, por sua vez, disse que não vê ataque especulativo coordenado contra o real e informou que conversou com Lula após a publicação da ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). O diretor de Política Monetária do BC reconheceu que há muito ruído na comunicação junto ao mercado. Quanto à questão fiscal, voltou a afirmar que não há nenhuma bala de prata para resolver o problema. "Existem, sim, problemas fiscais a serem endereçados. Nenhum programa vai ser uma bala de prata e não dá para buscar falsos atalhos", afirmou Galípolo.

A sintonia entre Galípolo e Campos Neto foi bem recebida por analistas de forma geral, mas ainda será preciso ver como será a gestão dele na prática. "Acho que eles tentaram reduzir os ruídos presentes no mercado. E Galípolo não aumentou o nível de incerteza e fez isso de dois modos. Primeiro, elogiando a autonomia do Banco Central e a segunda ideia foi que ele não comprou a teoria do governo de que existe um choque especulativo do mercado contra o real", destacou Roberto Padovani, economista- chefe do Banco BV.

É consenso entre analistas, entretanto, que a questão fiscal ainda vai pesar mais na volatilidade do câmbio. Nesse contexto, será de pouca serventia o BC intervir

no mercado com muita frequência. O pacote fiscal aprovado, ontem, pelo Congresso, segue visto como insuficiente para reverter a trajetória de crescimento da dívida pública em relação ao **PIB**.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6786/20-12-2024.html?all=1>

Analistas veem sinais positivos

RAPHAEL PATI

Após bater recorde no dia anterior, o dólar voltou a cair ontem, após o Banco Central realizar dois novos leilões no valor de US\$ 8 bilhões durante a manhã.

Foi a maior intervenção cambial do Banco Central desde 1999, quando o país passou a adotar o câmbio flutuante. Com a ação do BC, o dólar fechou o dia em queda de 2,32%, cotado a R\$ 6,12.

Antes da venda, o dólar chegou a atingir o maior valor nominal da história, em R\$ 6,30, mas foi contido pela injeção de divisas no mercado feita pelo BC.

Apesar da queda forte, o dólar ainda chega ao último dia da semana que antecede o Natal em ritmo de alta. Desde a última segunda-feira, o câmbio acumula valorização de 2%.

Na avaliação do sócio e economista-chefe da Bluematrix Asset, Renan Silva, a venda estratégica de dólares ajudou a conter a pressão previamente imposta sobre a taxa de câmbio, além de demonstrar a força da política monetária em momentos de alta volatilidade. "A redução na cotação do dólar pode ser interpretada como um sinal positivo para a estabilidade financeira, embora ainda subsistam preocupações quanto à **inflação** e ao cenário econômico global", avalia.

Nos Estados Unidos, foi divulgado ontem o resultado do **PIB** do 3º trimestre, que avançou 3,1% durante o período, levemente acima do esperado pela média das projeções feitas pelo mercado financeiro, que apostava em um avanço entre 2,8% e 2,9%. O resultado ajudou a valorizar o dólar no mercado internacional, na avaliação do economista.

"As novas informações sobre o **PIB** dos Estados Unidos, juntamente com a desaceleração do núcleo do índice de preços de gastos com consumo (PCE), também podem impactar a percepção dos investidores sobre o mercado financeiro, uma vez que a performance robusta da economia americana pode afetar o fluxo de capitais e a atratividade do real frente ao dólar", completou.

Para o professor de Economia do Ibmeq-DF William Baghdassarian, no entanto, o patamar elevado do câmbio atualmente é "extremamente tóxico" para a economia. "A gente não se apropria disso para exportação, em função da dificuldade que é você se

inserir nessas cadeias internacionais de valor. Tem que ter contratos de longo prazo, autorizações, barreiras fitossanitárias. Os volumes são muito elevados, isso não é uma coisa que você faz de uma hora para a outra", destaca.

No Congresso Nacional, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024, enviada pelo governo federal e que prevê medidas de corte de gastos, foi positiva para conter o estresse do mercado - pelo menos, parcialmente, - na tarde de ontem, como avalia a gerente de Research e head de conteúdo da Nomad, Paula Zogbi. "Antes da decisão, o dólar recuava sem apoio de outros ativos domésticos, com o estresse sendo sentido nos juros, o que reforça que a indicação de uma postura mais cooperativa em torno do pacote fiscal é fator essencial para diminuir o sentimento de aversão a risco no mercado brasileiro", destacou.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6786/20-12-2024.html?all=1>

Emendas parlamentares, a grande jabuticaba (Artigo)

Fernando Gabeira

Neste corre-corre de final de ano, deputados podem votar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para turbinar emendas individuais. Hoje, elas têm um limite de 2% da Receita Corrente Líquida. Esse limite já foi de 1,2%. Agora, pode crescer de novo, para 2,9%. Hoje, os parlamentares já dispõem de R\$ 49 bilhões do Orçamento.

Isso é uma jabuticaba brasileira, uma anomalia nacional, se comparamos com outras democracias.

Nos outros países, o Congresso tem um grande poder sobre o Orçamento, debatendo cada item, como o fazem os comitês orçamentários nos EUA. Na Inglaterra, o Orçamento preparado pelo Tesouro é apresentado pelo primeiro-ministro. Os parlamentares têm o direito de questionar os gastos, mas não de controlar sua aplicação.

Essa anomalia brasileira significa uma perda de poder do Executivo e, na verdade, interfere na separação de Poderes.

As eleições presidenciais não colocam o problema com a seriedade que tem. Lula da Silva prometeu acabar com o orçamento secreto, mas o fim dessa modalidade é apenas o fim de uma grande aberração inconstitucional.

Se o orçamento secreto for superado, o que nunca é pelas inúmeras artimanhas para fugir à transparência, apenas será retirado um bode da sala.

O problema continuará de pé: que sentido terá um projeto presidencial, se o vencedor não tem condições de manejar os recursos orçamentários para realizar um programa aprovado pela maioria?

Uma saída pseudorrealista é estourar o Orçamento. Mas as consequências desse estouro se refletem na **inflação** e acabam inviabilizando o próprio programa, por meio de instabilidade econômica.

O argumento para as emendas parlamentares é o de que os deputados conhecem em detalhes as necessidades de suas regiões. Isso pressupõe que o governo central as ignora. Não haveria a possibilidade de trocar informações, de criar nos ministérios uma

comissão de escuta dessas necessidades?

Da mesma forma, as chamadas emendas de comissões são uma espécie de redundância.

Elas podem alcançar o limite de 1% da Receita Corrente Líquida. Mas as comissões no Congresso são uma réplica dos ministérios, elas atuam numa área em que o governo federal tem responsabilidade. Por que duplicar a administração de recursos? Por que o Ministério da Educação, por exemplo, não pode incluir em seus gastos as aspirações da comissão do Congresso?

Outra dificuldade são as chamadas emendas de bancada.

São propostas pelo conjunto dos deputados de um Estado.

Seu argumento é oposto ao das emendas individuais: são destinadas às grandes obras no Estado, às obras estruturais.

Se os deputados partem do pressuposto de que pequenas obras escapam ao governo, aqui admitem que ele ignora as obras estruturais.

Na verdade, as chamadas emendas de bancadas acabam sendo divididas entre os deputados, uma espécie de rachadinha para que cada um destine sua parte do recurso.

A proposta que circula agora na Câmara acaba com a emenda de comissão e torna tudo emenda individual. É uma forma de se aproximar da verdade.

No fundo, todos querem usar as emendas nos seus redutos individuais.

Mas a jabuticaba continua brilhando no pé. O Brasil, ao contrário das grandes democracias, fragmenta o uso de seus recursos orçamentários, reduzindo a eficiência, produzindo redundâncias e, por último, algo muito importante, estimulando a corrupção.

É um país em que aviões repletos de dinheiro são apreendidos pela Polícia Federal, em que vereadores jogam fortunas pela janela, na chegada da polícia - enfim, o País em que algumas cidades recebem por

radiografias feitas em todos os seus habitantes, como se houvesse uma fratura unânime em seus limites territoriais.

A superação desse problema é muito difícil. Parece quase impossível fazer o gênio voltar para a lâmpada. Mas o primeiro passo, nas eleições de 2026, é não encarar as eleições presidenciais com tanta exclusividade, não montar frentes apenas com uma vaga visão democrática, mas tentar reduzir o desequilíbrio entre Executivo e Legislativo num campo tão decisivo como o da aplicação dos recursos orçamentários.

A batalha pela transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares toca apenas na ponta do iceberg, apesar da sua enorme importância.

Não só o desequilíbrio continuaria a existir com a transparência.

A própria ideia de controlar as emendas através de planos de trabalho é de difícil execução. Quem faria isso, com que regularidade e eficácia num país tão vasto?

A jabuticaba é insustentável se quisermos, como outras democracias, administrar com seriedade nossos recursos, que aliás não são nem do Executivo nem do Legislativo, mas frutos do trabalho da sociedade.

Não é sonhar muito com um país onde as coisas andam com regularidade e as pressões e contrapressões do processo se deem pelo confronto de ideias.

Hoje o ritmo do trabalho parlamentar é primordialmente decidido pelo pagamento das emendas. Há dinheiro, trabalha-se; faltou dinheiro, boicotam-se as votações. A jabuticaba torna nossa democracia vulgar e desalentadora.

JORNALISTA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Câmara aprova pacote de redução de gastos, mas atenua BPC e supersalários

ALVARO GRIBEL DANIEL WETERMAN MARIANA CARNEIRO

A Câmara concluiu a votação do pacote de corte de gastos do governo federal. Ao todo, foram dois projetos de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição - dos quais, um dos projetos e a PEC também já haviam sido avaliados até ontem à noite pelo Senado. Durante o trâmite, porém, os parlamentares esvaziaram trechos das propostas.

A equipe econômica conseguiu a aprovação de medidas-chave do pacote, como a mudança na forma de correção do salário mínimo - que terá como limite o teto estabelecido pelo arcabouço fiscal (2,5% ao ano acima da **inflação**). O piso nacional é usado hoje para o reajuste de parte das despesas da Previdência. Em contrapartida, os deputados atenuaram propostas como a revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a fixação de travas para os supersalários no funcionalismo público federal.

Também foi retirado trecho que estabelece que a despesa federal alocada no Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) crescerá limitada ao IPCA. Hoje, o fundo - usado para manter a Polícia Civil, a Polícia Penal, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, além de dar assistência à execução de serviços públicos de saúde e educação - é corrigido pela Receita Corrente Líquida (RCL).

O Ministério da Fazenda estimou, antes da votação, que os três projetos juntos devem gerar uma economia de R\$ 71,9 bilhões em dois anos, mas especialistas em contas públicas contestam o cálculo e preveem uma economia menor, entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões. A equipe econômica assegura que a economia estimada com o pacote de corte de gastos está mantida, mesmo com as mudanças realizadas na Câmara (mais informações na pág. B2).

A avaliação de que o pacote é insuficiente para equilibrar as contas públicas foi uma das razões apresentadas no mercado para a forte alta do dólar nos últimos dias. Ontem, a moeda americana chegou a bater em R\$ 6,30, e só recuou depois de o Banco Central vender US\$ 8 bilhões no dia em moeda (mais informações nas págs. B4 e B7).

BPC. Como antecipou o Estadão, havia forte

resistência para mudanças no BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda - que registra um crescimento de gastos de 16% em 12 meses até outubro, o que preocupa a equipe econômica. O texto aprovado derrubou várias medidas do projeto original da Fazenda, mas manteve a necessidade de biometria para o recebimento do benefício e disse que só receberá o BPC pessoas com deficiência (além de idosos) que tiverem limitações de moderada para grave. O governo previa R\$ 12 bilhões de economia com as medidas até 2030, e agora o cálculo terá de ser refeito.

SUPERSALÁRIOS. A PEC manteve o comando constitucional para tentar combater os super-salários do funcionalismo público. Mas uma lei ordinária - e não mais uma lei complementar, como propôs a Fazenda - vai definir quais tipos de "pen-duricalhos" poderão ser excluídos do teto remuneratório.

Na prática, a medida foi flexibilizada, pois uma lei ordinária exige menos votos para ser aprovada, o que pode abrir mais espaço para penduricalhos - ou seja, para pagamentos de benefícios fora do teto, calculado hoje em R\$ 44 mil mensais, equivalente à remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, o texto anterior era mais rígido, pois dizia que "somente" poderiam sair do teto remunerações expressamente autorizadas em lei - a proposta aprovada retirou o termo "somente", deixando uma regra mais flexível. Como mostrou o Estadão, o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Frederico Mendes Jr., fez lobby dentro do plenário da Câmara em defesa da categoria na quarta-feira.

SALÁRIO MÍNIMO. Um dos trechos aprovados pela Câmara mudou a fórmula de reajuste do salário mínimo, que hoje é atualizado pelo resultado do índice de **inflação** medido pelo INPC em 12 meses até novembro do ano anterior acrescido do avanço do **PIB** de dois anos antes. Agora, a regra mantém o crescimento real, mas considera que a alta do **PIB** seja limitada aos mesmos índices do arcabouço fiscal: de 0,6% a 2,5% acima da **inflação**, a depender do resultado das receitas no ano anterior.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Novo chefe do BC não vê "ataque especulativo"

O diretor de Política Monetária e futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse ontem que a ideia de um "ataque especulativo" contra o real como movimento coordenado não explica bem a situação do câmbio neste momento. Ele estava ao lado do presidente da autarquia, Roberto Campos Neto - que deixará o cargo no fim deste mês. O atual chefe do BC disse o banco tem um nível elevado de reservas e vai atuar, se for necessário. Os dois, com outros diretores da instituição, concederam entrevista para comentar o Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) do BC.

Ontem, após cinco dias consecutivos de alta, a moeda fechou a R\$ 6,12, recuo de 2,27% (mais informações na pág. B7).

Para Galípolo, "não é correto tentar tratar o mercado como um bloco monolítico, vamos dizer assim, como se fosse uma coisa só, que está coordenada, andando em um único sentido". "Basta a gente entender que o mercado funciona, geralmente, com posições contrárias", disse ele.

"Para existir um mercado, precisa existir alguém comprando e alguém vendendo. Então, toda vez que o preço de algum ativo se mobiliza em alguma direção, você tem vencedores e perdedores. Acho que a ideia de ataque especulativo enquanto algo coordenado não representa bem."

Ainda segundo ele, não há rotina de dar ciência ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o que o BC pretende ou vai fazer. "Nem do ponto de vista legal, e ele jamais chegou perto de discutir comigo sobre o que o Banco Central vai fazer em qualquer tipo de reunião", afirmou.

CAMPOS NETO. Em sua última aparição pública como presidente do BC, Campos Neto repetiu que o câmbio é flutuante no Brasil e que a instituição apenas deve agir quando enxergar disfuncionalidade no mercado financeiro, seja no fluxo, por alguma operação pontual ou alguma saída, seja extraordinária ou por algum fator do mercado.

Ele relatou que houve agora essa percepção, de que o fluxo financeiro começou a registrar uma saída maior do que a média dos últimos anos, incluindo pessoas físicas, e com pagamentos de dividendos acima da média. "O fluxo de dólares

Relatório do BC diz que pacote foi visto como "insuficiente"

Em relatório divulgado ontem, o Banco Central avalia que o pacote fiscal apresentado pelo governo parece não ter gerado impacto positivo sobre a percepção de analistas do mercado acerca das contas públicas. O chamado Questionário Pré-Copom (QPC) mostrou que os economistas esperam impacto menor do que o estimado pelo governo com as medidas.

"Em parte, essa reação está associada à avaliação de que as medidas fiscais são insuficientes", disse o BC, que avalia que a meta fiscal de 2024 - de déficit zero, com tolerância de 0,25 ponto porcentual do **PIB** para mais ou para menos - tende a ser cumprida dentro do limite inferior.* está bastante negativo".

Ele aproveitou o momento para dizer que as intervenções da autoridade monetária no câmbio não têm ligação com a questão da chamada dominância fiscal (quando a política monetária perde a capacidade de reduzir a **inflação**). Ele enfatizou que o mercado não se resume à Faria Lima (o centro financeiro de São Paulo) e que há procura por hedge. "A gente, de nenhuma forma, acha que isso é dominância", disse. * cícero co-

TRIM, CÉLIA FROUFE E FERNANDA TRISOTTO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil pode emplacar até sete emissões no exterior em janeiro, diz Itaú BBA - COLUNA BROADCAST

ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT, FERNAN

A primeira janela de emissões de dívida no exterior, tradicionalmente uma das mais fortes do ano, deve contar com a presença das empresas brasileiras, mesmo com a piora do câmbio. Pedro Frade Rodrigues, responsável pela área de renda fixa internacional do Itaú BBA, projeta um total de cinco a sete operações em janeiro, mas alerta para um investidor mais seletivo no exterior. "A depreciação recente do real e expectativas de juros mais altos demoraram para afetar o mercado secundário de bonds (títulos), mas nas semanas recentes, começamos a ver impactos. Apesar disso, acredito que investidores estrangeiros olharão novas emissões, porém, sendo mais seletivos em quais nomes investir", diz o executivo.

Investidores dão 'benefício da dúvida'

Segundo Rodrigues, os investidores estrangeiros ainda dão o benefício da dúvida para o Brasil, em especial para nomes com perfil de crédito mais forte, mas se o patamar de juros altos e moeda mais fraca começar "a afetar a qualidade das empresas e a habilidade delas de permanecerem saudáveis, isso pode mudar", alerta.

Cenário se deteriorou aqui e lá fora

Temores fiscais no Brasil deterioram as expectativas. O real já acumula uma desvalorização de quase 30% no ano. Subiram também as perspectivas de aumento dos juros. Nos Estados Unidos, o Fed (banco central) sinalizou menos cortes de juros, em meio à **inflação** resistente e a volta de Donald Trump à Casa Branca.

CALIBRAGEM. Segundo gues, potenciais emissores brasileiros fazem as contas e avaliam o cenário dentro e fora de casa, incluindo o ambiente macroeconômico, para baterem o martelo se embarcam na primeira janela no exterior de 2025. Alguns já estavam monitorando o mercado internacional antes das eleições nos EUA, mas acabaram postergando as operações em meio à volatilidade.

PERFIL. Boa parte das empresas com receitas ou

ativos na moeda americana e grau de investimento global estão entre as principais candidatas a captar no exterior no início do próximo ano, diz Rodrigues. "O Brasil, apesar de tudo que está acontecendo atualmente, ainda tem demanda, obviamente, pode ser a um nível um pouco mais alto ou mais baixo dependendo do cenário de mercado", avalia, sem mencionar nomes específicos.

BALANÇO. O executivo espera que 2025 seja um ano "equivalente" a 2024, mas com uma dose a mais de volatilidade. Neste ano, foram US\$ 23 bilhões de emissões externas de empresas brasileiras e cerca de US\$ 5 bilhões em recompras de operações já feitas. "Em anos normalizados, a gente tem entre US\$ 20 bilhões e US\$ 25 bilhões juntamente com recompras de US\$ 5 bilhões e US\$ 10 bilhões", diz.

BRAZIL HOUSE. O Brasil terá pela primeira vez um espaço exclusivo no Fórum Econômico Mundial de Davos, que ocorre em janeiro e reúne a nata da economia mundial nos Alpes suíços. Em projeto organizado pelo BTG Pactual, em parceria com um grupo de empresas -Vale, Ambipar, Be8, Gerdau, JHSF e Randoncorp -, foi desenhada a "Brazil House", que vai ficar na principal rua da cidade suíça durante o evento.

PROMENADE. A intenção é oferecer um "ponto de encontro estratégico para lideranças das iniciativas privada e pública, com objetivo de fortalecer o papel do Brasil no cenário de negócios internacionais", segundo o BTG. O fundador do banco, André Esteves, é frequentador assíduo do Fórum há alguns anos. A "Brazil House" fi-

cará na Promenade, a principal rua da cidade, por onde circulam as autoridades e executivos que participam do Fórum. A rua costuma abrigar outras casas do tipo, de países como Índia, China e Arábia Saudita.

AÇAI. Na programação do espaço estão previstos painéis, encontros bilaterais e eventos que destacam o potencial do Brasil em áreas como transição energética, infraestrutura e inovação. A casa vai oferecer ao público internacional produtos específicos

brasileiros, como o açaí da Oakberry. Em 2025, o Fórum Econômico Mundial está marcado para os dias 20 a 24 de janeiro.

NO BOLSO. Os motoristas que abastecem no Centro de São Paulo sofreram mais com a alta de preços dos combustíveis ao longo do ano, segundo levantamento da empresa de soluções de mobilidade Edenred Ticket Log. Em janeiro, eram registrados preços mais altos de maneira mais espalhada pela cidade, como nas zonas oeste (R\$ 3,71 o etanol) e sul (R\$ 6,34 o diesel). Em dezembro, com exceção do diesel, o Centro tinha os preços mais caros em todos os combustíveis.

Vendas dos supermercados avançam 4,4% em novembro

O consumo nos lares brasileiros teve alta de 4,4% em novembro em relação ao mesmo mês de 2023. No ano até novembro, o indicador acumula alta de 2,85%, acima da projeção para o ano, de 2,5%. Os dados são da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). O preço de uma cesta de 12 alimentos básicos acompanhada pela associação teve alta de 11,95% de janeiro a novembro, e de 13,74% em 12 meses.

Estoque de imóveis novos em São Paulo recua 11%

Com mais vendas do que lançamentos, o estoque de imóveis novos disponíveis para venda (na planta, em obras e re-cém-construídos) na cidade de São Paulo recuou 11% em novembro em relação ao mesmo mês de 2023, para 55,6 mil unidades, segundo o Sindicato da Habitação (Se-covi-SP). O levantamento mostra que, pela primeira vez, as vendas e os lançamentos na capital paulista ultrapassaram a marca de 100 mil unidades em 12 meses.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC: inflação ficará acima da meta até o 3- trimestre de 2025

THAÍS BARCELLOS

O futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, vai estreiar no comando da instituição com a possibilidade concreta de ser obrigado a escrever ao Ministério da Fazenda duas cartas, no intervalo de seis meses, explicando o descumprimento da meta de **inflação**. É o que indicam as projeções oficiais do próprio BC reunidas no Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), publicado ontem.

Logo após a sua posse oficial, em 1º de janeiro, Galípolo terá que explicar o estouro da meta deste ano. Segundo o RTI, é de 100% a chance de o IPCA romper o limite previsto. O relatório prevê que a **inflação** fechará o ano com taxa acumulada de 4,9%. O centro da meta anual estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2025 é de 3,5%, com piso de 1,5% e teto de 4,5%. Por decreto, o novo presidente do BC terá que escrever uma carta aberta ao ministro da Fazenda para explicar as causas do descumprimento, apontar as medidas necessárias para a convergência inflacionária e o prazo esperado para que as medidas produzam efeito.

A partir do ano que vem haverá uma mudança. O sistema de metas passa a ser contínuo, em vez de considerar a **inflação** acumulada no fechamento de cada ano calendário. A meta será considerada descumprida quando o IP-CA acumulado em 12 meses se desviar por seis meses consecutivos do intervalo de tolerância de 1,5% a 4,5%.

Segundo as projeções do relatório do BC divulgado ontem, o IPCA deverá romper o limite superior da meta pelo menos até o fim do terceiro trimestre de 2025, quando a estimativa é de 5,1%. Ou seja, a partir do início do novo sistema, a **inflação** vai ficar ao menos nove meses fora do alvo a ser perseguido.

Assim, mantida a projeção do Banco Central, após a divulgação do IPCA de junho Galípolo terá que escrever a segunda carta aberta.

Para dezembro do ano que vem, a projeção é de 4,5% - o teto da meta. Nesse caso, o BC calcula que a chance de estouro é de 50%. Ainda que o BC volte a cumprir a meta no fim do ano que vem, contudo, ainda não há visibilidade sobre quando a **inflação** voltaria ao centro da meta de 3,0%. No RTI, a última estimativa é

para o segundo trimestre de 2027, e o cenário aponta para 1PCA de 3,2%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IFI prevê dívida em alta até ao menos 2034

Jéssica Sant"Ana De Brasília

A dívida bruta do governo geral (DBGG) deve chegar a 78,3% e a 81,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) ao fim deste ano e de 2025, respectivamente, de acordo com projeções atualizadas divulgadas pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas, ligado ao Senado Federal.

Em junho, a instituição previa dívida de 78% e 81,3% do **PIB**, respectivamente.

A piora no cenário aconteceu devido aos juros reais mais elevados e à piora nas projeções para o déficit primário do setor público, que envolve União, Estados, municípios e estatais.

A IFI também estima que em 2034 a dívida bruta deve atingir 116,3% do **PIB** no cenário-base. A projeção anterior, divulgada em junho, era de 100,6%.

Segundo a IFI, o crescimento esperado para a dívida bruta nos próximos anos expõe os desafios para o cumprimento das metas de resultado primário do governo central.

"As metas se apoiam, fundamentalmente, na elevação das receitas primárias recorrentes, além do controle da despesa primária.

Importante destacar riscos que possam comprometer o crescimento projetado para a economia e as eventuais frustrações das medidas pretendidas pelo Executivo para aumentar a arrecadação nos próximos anos. A concretização de tais riscos pode afetar a confiança na sustentabilidade das contas públicas no médio e no longo prazo", diz a IFI.

A instituição calcula que, considerando o nível de endividamento bruto do fim de 2023, que era de 73,8% do **PIB**, seria necessário um superávit primário do setor público consolidado de 2,4% do **PIB** por ano para estabilizar a dívida.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188075>

Reação do mercado hoje dirá se crise de credibilidade é definitiva

César Felício Brasília

O Banco Central injetou no mercado nessa quinta-feira U\$ 8 bilhões, sendo U\$ 5 bilhões em um único certame, no que se converteu na maior intervenção da autoridade monetária desde 1999, conforme observou o repórter Arthur Cagliari no Valor PRO.

Para se ter ideia da magnitude da intervenção, 1999 foi o ano em que o governo Fernando Henrique foi obrigado a abandonar a âncora cambial, diante de uma fuga de capitais que colocou o Brasil no rol dos colapsos dos países emergentes que provocou efeitos sistêmicos no mercado financeiro global. Houve nos anos 90 a crise do México, a da Ásia, a da Rússia e a do Brasil.

Uma ação de tal monta torna difícil ligar a queda de 2,3% da cotação do dólar nesta quinta ao avanço do pacote fiscal no Congresso.

O projeto de lei complementar que enquadra despesas de seguridade dentro do arcabouço fiscal, mas preserva a execução das emendas parlamentares, passou no Senado às 20 horas. A aprovação da proposta de emenda constitucional que restringiu programas sociais, mas sem limitar os supersalários do Judiciário, foi aprovada na Câmara às 15 horas. E a do projeto de lei que altera regras para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da política de valorização do salário mínimo se deu depois das 21 horas.

Praticamente toda a queda de cotações deu-se das 10 às 14 horas. A última votação foi a mais apertada (264 a 209) e sinaliza como o governo contrariou a sua base orgânica. Somaram-se aos votos da oposição 31 parlamentares de esquerda: seis do PT, sete do PDT, 10 do Psol, seis do PSB e dois do PCdoB. A defecção foi parcialmente compensada pelos 12 votos a favor da proposta dados pelo PL do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O ponto mais polêmico de todos, o que muda regras do BPC, não foi analisado em destaque pelo plenário por acordo de líderes. Se tal acordo não for replicado pelo Senado, onde a proposta será analisada nos próximos dias, é bastante duvidosa a sobrevivência desse item no pacote.

O impacto do dia no Congresso deverá ser observado no mercado nesta sexta. Não há novidade em votações de propostas fiscais de interesse do governo avançarem no Congresso de forma atabalhoada, com muita desidratação do texto. O que existe de singular agora é a possibilidade de um cenário de dominância fiscal ser aplicado no quadro político.

Dominância fiscal é a situação em que instrumentos de política monetária, como aumentos de juros, deixam de ser eficazes para reduzir a **inflação**. Pelo contrário, agravam o quadro, já que a dívida pública se eleva. A dominância fiscal aplicada ao quadro político é a situação em que expectativas negativas sobre a economia prevalecem em relação a qualquer ajuste obtido depois de um processo de negociação política.

É uma crise de credibilidade. Pacotes enviados do Executivo ao Legislativo sempre pressupõem atrasos na tramitação e modulação do texto. Mas em um quadro de perda de credibilidade extrema o mercado só muda seu "guidance" com a substituição do governo. Em linhas gerais, foi o que aconteceu depois do Brasil perder o grau de investimento em 2015, durante o governo Dilma Rousseff.

A oposição espera ansiosamente que este cenário se concretize. O governo federal, contudo, dispõe de ferramentas para deter ou retardar essa marcha, tanto no plano político quanto no econômico. Empresários influentes veem um governo em disputa entre grupos e pensam que uma guinada é possível.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188075>

"Baratear tecnologia para emergentes dá vantagem à China em guerra comercial"

Roberto Lameirinhas De São Paulo

Tarifas mais altas sobre as importações americanas, como as prometidas pelo presidente eleito Donald Trump, aumentarão o custo da produção não só nos EUA, mas também nas potências médias, disse o economista chinês Andy Xie, consultor de mercado baseado em Xangai, que trabalhou para o FMI e foi economista chefe para Ásia-Pacífico do Morgan Stanley. "A China é muito mais resiliente contra a escalada da guerra comercial sob Trump 2.0 do que era há quatro anos", afirmou Xie, acrescentando que a taxa teria impacto direto sobre os preços para o consumidor americano.

"A China está se voltando para a tecnologia, afastando-se do crescimento liderado pela propriedade imobiliária", analisou o economista. "Isso aumenta a competitividade do país e deve levar à duplicação do valor da moeda, o que sustentará uma economia de consumo." Com um superávit comercial de US\$ 1 trilhão com os americanos, a China não precisa dos EUA, por exemplo, para sustentar a Iniciativa do Cinturão e da Rota, que tem implicações geopolíticas, mas principalmente objetivos econômicos, declarou Xie. "Economias emergentes têm populações grandes o suficiente para aumentar o comércio em larga escala. E é do interesse da China ajudar no desenvolvimento de sua infraestrutura.

Tarifas não vão mudar isso, pois a China tem capacidade econômica para manter sua agenda", afirmou.

Xie pondera que, apesar das restrições impostas pelos EUA a países que exportam microprocessadores à China, os chineses produziram em massa chips de 7 nanômetros [um nanômetro corresponde a 1 metro dividido por 1 bilhão].

"Microprocessadores mais avançados, de 5 nanômetros, estarão ao alcance em breve e a China consegue produzir, de forma autosuficiente, máquinas para produzir chips de 28 nanômetros", disse.

"Pequim está tornando a tecnologia cada vez mais barata para as economias emergentes, e isso expandirá a demanda", afirmou. "Aumentar a produtividade com tecnologia melhor e mais barata será o tema das economias emergentes nas próximas

duas décadas." "O esforço para se suprir de semicondutores pode levar a inovações e a um modelo muito mais competitivo", prosseguiu Xie.

"Vimos isso ocorrer com energia renovável, energia nuclear e veículos elétricos. Por que não se daria o mesmo com os semicondutores?" A seguir os principais pontos da entrevista que Xie concedeu ao Valor por telefone, de Xangai: Valor: Fala-se muito que a questão das tarifas será o ponto mais delicado nas relações China-EUA sob Trump. Mas, mesmo sob Joe Biden, Pequim tem enfrentado dificuldades devido a restrições ao comércio de chips, por exemplo. Quais outras questões o senhor apontaria como problemáticas para as relações entre os dois países?

Andy Xie: Os EUA foram responsáveis por 24% das exportações da China em 2018, mas caíram para 13% no ano atual. A China é muito mais resiliente contra a escalada da guerra comercial sob Trump 2.0 do que era há quatro anos.

Valor: Quais seriam os efeitos de uma guerra comercial em larga escala, como Trump parece propor?

Xie: As tarifas mais altas sobre as importações americanas aumentarão o custo da produção não só nos EUA, mas também nas potências médias. Isso aceleraria a realocação da produção de países como Alemanha e Japão - que estão logo atrás de chineses e de americanos - para os EUA, enfraquecendo suas economias e solidificando a centralidade de um "Grupo dos 2", um G2, China e EUA, na economia global. No âmbito doméstico dos EUA, a pressão inflacionária de tarifas mais altas impediria o Federal Reserve [Fed, o banco central americano] de cortar as taxas de juros, afetando o crescimento. Em longo prazo, na medida em que o comércio dos EUA se reduz, o papel global do dólar diminuiria.

Valor: Mas a China também já passa por problemas internos, enfrentando grandes dificuldades para alavancar o consumo das famílias e reduzir seu nível de dívida. O governo tem dado sinais de que pretende dar mais estímulos à economia.

A China pode retomar um crescimento forte em um cenário de guerra comercial?

Xie: A China está crescendo na faixa de 4%-5%. É provável que continue assim no futuro previsível. E isso é bom o suficiente. A China está se voltando para a tecnologia, afastando-se do crescimento liderado pela propriedade imobiliária.

Isso aumenta a competitividade do país. Isso acabará levando à duplicação do valor da moeda, o que sustentará uma economia de consumo.

A política de estímulo visa manter a estabilidade, especialmente em termos de finanças do governo local - e não voltar ao alto crescimento.

Valor: Pequim tem sinalizado que adotará uma abordagem mais enfática para estimular sua economia, incluindo a primeira mudança em sua posição oficial sobre política monetária em mais de uma década.

O senhor considera isso uma medida suficiente para estabilizar a crise da dívida?

Xie: Dificilmente fará isso de forma definitiva. A medida libera agora mesmo o equivalente em yuan a cerca de US\$ 800 bilhões para pagar dívidas ocultas de juros altos de governos locais para fornecedores e empresas. Isso tira a pressão do cronograma de pagamento da mesa por algum tempo. O governo central vai liberar outros US\$ 800 bilhões nos próximos cinco anos. Mas acho que a pressão voltará porque a dívida dos governos locais é muito maior do que isso. Teria de haver mais medidas de alívio desse tipo nos próximos anos.

Valor: A China busca expandir sua influência para países emergentes, com programas como a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI). Como as tarifas de Trump podem mudar esses planos? Elas podem acelerá-los ou desacelerá-los?

Xie: A China é a maior economia comercial do planeta e obviamente tem interesse em aumentar seu comércio com a maior quantidade de países possível. Economias emergentes têm populações para aumentar esse comércio em larga escala. É do interesse da China ajudar no desenvolvimento de sua infraestrutura, que é essencial para o crescimento de sua produtividade e expansão comercial e tarifas não vão mudar isso, pois a China tem capacidade econômica para manter sua agenda. A China tem um trilhão de dólares em superávit comercial, os EUA um trilhão em déficit.

Isso faz diferença entre as duas economias. A China, por exemplo, não precisa dos EUA para sustentar a Iniciativa do Cinturão e da Rota, que tem implicações geopolíticas, mas principalmente visa a objetivos

econômicos.

Valor: É possível estabelecer vínculos entre a crise nas relações com os EUA e a reaproximação de Pequim com a Rússia? Poderia estar se formando um polo econômico antiamericano que teria implicações geopolíticas?

Xie: O sistema econômico global hoje é benéfico para a China.

Ela quer mantê-lo. Os EUA construíram esse sistema, mas não o veem mais como benéfico para eles.

A China está lidando com os EUA sem exageros, mas insiste em sustentar o comércio com países como a Rússia. A Rússia é vizinha da China com milhares de quilômetros de fronteira comum. Independentemente de questões políticas, a China fará de tudo para ajudar a Rússia a prosperar. É do interesse da China que isso ocorra.

Valor: A China sempre foi um motor de crescimento para as economias de países emergentes. Agora, com menos demanda por commodities, poderia começar a exportar recessão e **inflação**?

Xie: Pequim tem tornado a tecnologia cada vez mais barata para as economias emergentes. Isso expandirá a demanda. Aumentar a produtividade com tecnologia melhor e mais barata será o tema das economias emergentes nas próximas duas décadas. O grande teste para a China, com o Trump 2.0, deverá continuar sendo as sanções tecnológicas, que se mantiveram com o governo Joe Biden.

Os EUA estão exigindo que as empresas de equipamentos semicondutores não forneçam serviços de manutenção para máquinas na China. Isso tem algum impacto, mas é difícil imaginar o que mais os EUA poderiam fazer neste momento.

Apesar dessas sanções, a China produziu em massa chips de 7 nanômetros e microprocessadores mais avançados, de 5 nanômetros, estarão ao alcance em breve. A China consegue produzir, de forma auto-suficiente, máquinas para produzir chips de 28 nanômetros.

Embora essa tecnologia tenha mais de uma década, ela mostra que a China está subindo a escada da miniaturização. Os esforços da China para se suprir de semicondutores podem levar a inovações e a um modelo muito mais competitivo. Vimos isso ocorrer com energia renovável, energia nuclear e veículos elétricos.

Por que não se daria o mesmo com os

semicondutores?

Valor: Há algum tempo, o senhor comparou a economia global a uma bicicleta, na qual a China representava a roda dianteira, mas a tração vinha da roda traseira, representando os EUA. O senhor acha que esse modelo continuará no próximo mandato de Trump?

Xie: Trump apresenta poucos planos para a economia além de tentar coagir empresas da Ásia e da Europa a se mudarem para os EUA, aplicando tarifas nesses países. Ele aposta em cortar regulamentações para aumentar a produção. Mas a eficácia dessa estratégia ainda está para ser comprovada. O histórico da sociedade de consumo que marcou a economia dos EUA está em um ponto difícil de evoluir porque a concorrência externa se tornou mais forte. Além disso, a economia americana depende amplamente do financiamento da dívida. O setor doméstico tem muita dívida. O governo está tomando cada vez mais empréstimos para ajudar o setor doméstico.

Em algum momento, o mercado entrará em pânico. Quando isso ocorrerá, ninguém sabe. Dado que a dívida nacional dos EUA aumentou em US\$ 2,3 trilhões no último ano fiscal e provavelmente continuará aumentando, sugar dinheiro da China parece enfraquecer o país e ajudar os EUA. Mas um efeito colateral deve ser justamente manter o yuan fraco e as exportações chinesas supercompetitivas.

Uma moeda depreciada dá à China imunidade à agressão da política de tarifas dos EUA.

Valor: Os mercados emergentes serão mais prejudicados ou mais beneficiados por essa nova situação de disputa comercial acirrada entre China e EUA?

Xie: O comércio global é cada vez mais sobre o comércio Sul- Sul. Sua sustentabilidade depende de se o comércio torna as pessoas mais produtivas. É aqui que entra a BRI, por exemplo. Publiquei um texto recentemente mostrando que as empresas chinesas estão tornando a tecnologia barata e mais fácil de usar. Um sistema de energia solar, mais um veículo elétrico de três rodas, por exemplo, podem levar uma família africana ao século 21 com um investimento de capital de US\$ 1.000. Mais do que isso, os esforços dos EUA para conter Pequim impedem a China de valorizar sua moeda, apesar de seu superávit comercial de US\$ 1 trilhão.

Em outras palavras, a China manterá o yuan fraco o suficiente para vender produtos de tecnologia para economias emergentes.

Isso é muito benéfico para os países do Sul Global.

Valor: O senhor acha que o Brasil pode se beneficiar desse efeito de um yuan mais barato?

Xie: Os bens de capital e tecnologia chineses são muito mais baratos do que os da Europa ou do Japão.

Portanto, países como o Brasil ganham em termos de comércio.

"A China não precisa dos EUA para seus planos como a Iniciativa do Cinturão e Rota" Andy Xie (foto)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188075>

Galípolo e ações de Tesouro e BC acalmam mercado

Arthur Cagliari, Bruna Furlani, Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet e Victor Rezende

O mau humor que deu o tom durante toda a semana voltou a assombrar os mercados na sessão de ontem, mas não teve fôlego suficiente para uma nova rodada de deterioração dos ativos financeiros.

A intervenção recorde do Banco Central no mercado de câmbio, com a venda de US\$ 8 bilhões no mercado à vista; declarações firmes do futuro presidente da autarquia, Gabriel Galípolo; forte recompra de títulos prefixados pelo Tesouro Nacional; e a aprovação da PEC da revisão de gastos promoveram um forte alívio nos mercados: dólar e juros futuros despencaram, enquanto o Ibovespa teve leve alta.

O primeiro leilão de dólares no mercado à vista, com a venda de US\$ 3 bilhões, não teve efeitos relevantes na taxa de câmbio, que voltou a anotar forte estresse durante a manhã de ontem. Na máxima, o dólar chegou a R\$ 6,3000, em um movimento agudo de deterioração.

Pouco tempo depois, o BC fez nova intervenção no mercado de câmbio, ao anunciar a venda de até US\$ 5 bilhões, o que teve efeito direto na dinâmica do real, que voltou a se valorizar.

O dólar encerrou a sessão negociado a R\$ 6,1216, em queda de 2,32%, e o real teve o melhor desempenho entre as principais moedas.

Nesta sexta-feira, o BC tem programadas duas novas ações no mercado de câmbio: a venda de até US\$ 3 bilhões no mercado à vista e um leilão de linha - venda de dólares com compromisso de recompra - de US\$ 4 bilhões.

Os leilões do BC não foram os únicos fatores que interferiram no desempenho do câmbio. Ainda durante a manhã, a sinergia entre Galípolo e o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, durante entrevista coletiva sobre o relatório de **inflação**, foi vista de forma positiva por agentes do mercado, assim como as declarações de ambos sobre as intervenções no câmbio e o rumo dos juros. O apontamento do Galípolo de que "a barra é alta" para não se cumprir o "forward guidance" (prescrição futura) derrubou as taxas futuras.

No momento de maior tensão no mercado de juros, a curva chegou a precificar a Selic em 17,5% e uma elevação do juro básico em 1,75 ponto na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) em janeiro, quando o BC já estará sob o comando de Galípolo. A indicação do dirigente de que o guidance deve ser cumprido provocou uma retirada relevante dos prêmios nos juros de curto prazo.

A taxa do DI para janeiro de 2026 caiu de 15,385% para 15,10%.

O chefe da mesa de operações do C6 Bank, Felipe Garcia, avalia que o discurso do BC no evento ajudou a tranquilizar os mercados.

"Foi uma conjunção de fatores, com a intervenção do BC, com um volume grande, e com Campos Neto e Galípolo mostrando que estão atentos à situação atual e que o BC está presente para atuar quando necessário", diz. "As falas do Galípolo também sobre a política monetária, dizendo que há instrumentos para fazer a **inflação** convergir [à meta] também ajudaram a tranquilizar." Garcia diz que o estresse visto nos últimos dias reflete não apenas a questão fiscal, mas também um momento particular de saída de dólares do Brasil. "A saída de capital se concentrou muito nesta semana porque nas próximas já teremos as festas de fim de ano, e as negociações costumam reduzir", afirma.

"Mas, mesmo depois que passar esse período, não acredito que a volatilidade irá cair muito, porque o problema fiscal vai continuar existindo; o cerne do problema não foi resolvido. Claro que aprovar o pacote é importante, mas os desafios permanecem, e novas medidas terão de ser tomadas", ressalta Garcia, ao fazer referência à aprovação da PEC da revisão de gastos na Câmara dos Deputados na tarde de ontem.

Vale notar que, no mercado de juros, alívio extra foi sentido pela atuação mais incisiva do Tesouro Nacional em seu programa de recompra de títulos públicos. O Tesouro deu início à sessão com a intenção de adquirir até 12 milhões de NTN-Bs (títulos indexados à **inflação**), mas comprou somente 2,28% do total. A intervenção mais efetiva, porém, foi à tarde, quando o Tesouro indicou recomprar até 20 milhões de LTNs (papéis prefixados) e adquiriu 36,8% do total.

O sócio e chefe da área de renda fixa da Ace Capital, Luiz Alberto Basqueira, nota que as ofertas de recompra de títulos do Tesouro ontem foram maiores do que no dia anterior, o que ele avalia como uma medida acertada. Na quinta-feira, houve leilões de recompra somente de prefixados de longo prazo (NTN-Fs), o que gerou algum ruído entre os investidores. "O Tesouro fez o papel dele em tentar acalmar o mercado, oferecendo liquidez, em um momento de turbulência." Para Basqueira, apesar de o leilão de NTN-Bs não ter registrado grandes volumes de recompra de títulos pelo Tesouro, houve uma grande saída no leilão de LTNs.

"Acho que o Tesouro deveria continuar a intervir nas duas frentes amanhã [hoje]", aponta o gestor.

O Ibovespa também terminou o dia no campo positivo, em alta de 0,34%, aos 121.188 pontos. Um trader lembra que o nível dos 120 mil pontos é importante e, por essa razão, o índice encontrou "suporte para não recuar ainda mais", em um contexto no qual a bolsa tem mostrado resiliência na comparação com o câmbio e os juros.

"A bolsa se comporta de modo diferente por ser um ativo real. É composta por empresas que têm um "valuation". A bolsa não pode ficar negativa", afirma o chefe de uma importante corretora de ações, em condição de anonimato.

"O juro não tem um teto, mas a bolsa tem um piso, que a impede de cair tanto", completa.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188075>

Wall Street perde força no pós-Fed e dólar avança

Eduardo Magossi De São Paulo

Os mercados americanos enfrentaram ontem alguma ressaca dos comentários do presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, que na quarta-feira indicou um ciclo de afrouxamento mais curto que o esperado. Wall Street até tentou voltar ao ciclo de alta, mas, depois de ficar em território positivo durante todo o pregão, virou para o vermelho nos últimos minutos. A exceção foi o índice Dow Jones, que fechou perto da estabilidade, em alta de apenas 0,04%, mas quebrou uma sequência de onze fechamentos negativos.

O S P 500 caiu 0,09% e o Nasdaq perdeu 0,10%. O setor imobiliário registrou a pior queda, de 1,69%, pressionado pela possibilidade de os juros permanecerem elevados por mais tempo, impulsionando as taxas hipotecárias.

Um crescimento de 4,8% nas vendas de casas usadas em novembro, divulgado ontem, foi, para Alice Zheng, economista do Citi, impulsionado pela breve queda nas taxas hipotecárias em meados do ano, para perto de 6%. Segundo ela, como as taxas voltaram a subir, a expectativa é que as vendas de casas usadas caiam novamente.

Também divulgado ontem, o **PIB** dos EUA do terceiro trimestre mostrou aceleração para 3,1%, de 3% no segundo trimestre e da expectativa de 2,9%. O dado - junto com uma queda nos pedidos iniciais de seguro-desemprego na semana passada para 220 mil - deu sustentação aos comentários de Powell sobre a resiliência da economia americana e dos riscos de **inflação**, o que contribuiu para um fortalecimento do dólar e dos rendimentos de Treasuries de mais longo prazo.

"A revisão para cima do **PIB** fortalece nossa convicção de que a economia está em bases sólidas e que 2025 será outro bom ano", diz Ryan Sweet, economista-chefe da Oxford Economics.

O rendimento da T-Note de dez anos subiu de 4,519% para 4,569%, e o do título de 30 anos avançou de 4,690% para 4,747%. Já o retorno do papel de dois anos caiu de 4,363% para 4,327%. O índice DXY, que mede a relação do dólar ante uma cesta de moedas fortes, subiu 0,32% a 108,42 pontos, maior nível desde maio de 2022.

Para Ian Lyngen, estrategista do BMO Markets, o fato de as taxas dos títulos yields de dois anos terem caído enquanto as dos papéis de dez e 30 anos aumentaram indica que o movimento foi principalmente um ajuste de inclinação da curva, e não uma reação a fundamentos.

"Além disso, os rendimentos de dois anos caíram apesar de uma revisão surpreendente para cima do **PIB** e pedidos de seguro-desemprego abaixo do esperado, enquanto a ponta mais longa da curva foi rápida em incorporar um tom de baixa com base na combinação da agressividade do Fed e dados mais firmes", disse.

Depois da redução de juros pelo Fed, ontem o banco central da Suécia, o Riksbank, cortou suas taxas em 0,25 ponto percentual, a 2,50%, em meio ao enfraquecimento da economia. Já o Banco do Japão (BoJ), o Banco da Noruega e o Banco da Inglaterra (BoE) deixaram seus juros estáveis, respectivamente, em 0,25%, 4,5% e 4,75%.

A indicação de um Fed mais conservador, junto com a manutenção dos juros pelo BoJ e pelo BoE, fizeram iene e libra se desvalorizarem ante o dólar. A moeda japonesa perdeu 1,77%, enquanto a libra caiu 0,51%. Já o euro avançou 0,14%, a US\$ 1,03630.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188075>

Galípolo afasta chance de BC apertar mais o ritmo de alta da Selic

Gabriel Shinohara, Alex Ribeiro, Estevão Tair e Anaïs Fernandes De Brasília e São Paulo

O futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, procurou esvaziar apostas de que a autoridade monetária poderá intensificar ainda mais o aperto na taxa de juros diante da piora nos mercados provocada pelas incertezas sobre a política fiscal.

"Eu acho que a barra é alta para fazer qualquer tipo de mudança no 'guidance' [projeção]", afirmou, referindo-se à indicação dada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de que fará mais duas altas de 1 ponto percentual na taxa Selic nas suas próximas reuniões, de janeiro e março. Na semana passada, a Selic subiu de 11,25% ao ano para 12,25% ao ano.

Com a alta do dólar dos últimos dias, a curva de juros apresentou forte alta, precificando uma chance maior de o BC ter que intensificar ainda mais o ritmo de aperto monetário.

"Talvez fique um pouco engraçado eu dizer isso, mas vocês sabem que sou bem apegado a 'guidance'", brincou, referindo-se a uma decisão em maio passado que provocou mal estar nos mercados por ter dado um voto dissidente pelo corte de 0,5 ponto percentual, ante uma maioria pela queda de 0,25 ponto. Na ocasião, sua justificativa foi a de que votou da forma como havia sinalizado anteriormente.

Ao lado de Galípolo, o atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, fez questão de destacar que a abordagem mais conservadora do comitê - que surpreendeu os mercados - foi liderada pelo futuro comandante da autoridade monetária.

"[O protagonismo de Galípolo] foi a tônica das últimas duas reuniões, com peso maior, obviamente, na última reunião", disse Campos Neto, que terá hoje o seu último dia de fato no cargo. "Nós entendíamos que isso facilitava a passagem do bastão", afirmou.

Campos Neto vai sair de férias, e Galípolo vai assumir interinamente a chefia do BC, até a sua posse definitiva, em 1o de janeiro.

A declaração de Campos Neto procura esclarecer dúvidas que havia entre participantes do mercado sobre se Galípolo, que foi escolhido para o cargo pelo

governo Lula, estava de acordo com a abordagem mais austera na administração dos juros. "O Roberto [Campos Neto] foi muito claro que entendia que essa era uma reunião para deixar a responsabilidade comigo", afirmou Galípolo..

O futuro presidente do BC disse que "não sobra nenhuma dúvida" de que a autoridade monetária deu um passo "claro" na direção de colocar a taxa de juros "em um patamar restritivo com alguma segurança". "O Banco Central deu este passo claro e transparente de que vai buscar a taxa de juros no patamar restritivo necessário, pelo tempo que for necessário, para atingir a meta." Galípolo participou de entrevista à imprensa sobre o Relatório de **inflação** junto com Campos Neto, e o diretor de política econômica, Diogo Guillen. O evento realizado no edifício-sede do BC em Brasília também serviu como uma passagem de bastão entre a antiga e a nova gestão.

Galípolo revelou que conversou com Lula ontem e, para ele, em toda a conversa houve "clareza" do chefe do Executivo sobre como **inflação** é ruim para a população.

Ele também disse ter identificado "confiança" de Lula no BC e nos diretores de que vão fazer o trabalho para entrega a **inflação** dentro da meta.

Sobre o tema fiscal, Galípolo disse que, nas conversas que tem com o presidente Lula e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, há um "reconhecimento" de que existem problemas a ser resolvidos. Afirmou que também vê nas autoridades um entendimento de que "esse é um trabalho contínuo que deve permanecer e continuar". "Hoje existe um esforço por parte do governo de tentar fazer a aprovação hoje no Congresso do que está aí nesse diálogo que é necessário com a sociedade e com o Congresso", afirmou.

Ele negou que informe previamente o presidente Lula sobre decisões tomadas pelo BC.

"Não há processo da ciência ao presidente sobre que o Banco Central vai fazer", afirmou. "Ele jamais chegou perto de discutir comigo sobre o que faria, e o que o Banco Central vai fazer, em qualquer tipo de reunião." O diretor de política monetária explicou a escolha de apresentar um 'guidance' (orientação de

passos futuros dos juros) ao dizer, como estava na ata do Copom, que alguns riscos se materializaram.

Até então, o Copom evitava dar sinalizações firmes com a alegação de que, num cenário muito incerto, havia chances de seus planos mudarem.

Questionado sobre a escolha de fazer um movimento mais forte nos juros de uma vez só em vez de um movimento mais prolongado, Campos Neto disse que o objetivo é ganhar o máximo de credibilidade e fazer com que tenha o máximo de convergência nas expectativas da forma mais suave possível.

"A mensagem que a gente tentou passar é que a elevação de 1 ponto percentual, com essa sinalização [de mais duas altas da mesma magnitude], é um passo no caminho de sinalizar que o BC está comprometido em atingir a meta." A ata da última reunião do Copom apontava que o cenário para convergência da **inflação** havia se tornado mais adverso e menos incerto porque alguns fatores de risco se tornaram realidade. É o caso da resiliência na **inflação** de serviços, da desancoragem das expectativas de **inflação** do mercado e da depreciação cambial. Por isso, seria possível dar a sinalização para as altas da taxa de juros no futuro, "se confirmando o cenário esperado", segundo o documento.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188075>

Lula evita saída de Múcio da Defesa, mas Alckmin já é cotado para a pasta

VERA ROSA BRASÍLIA

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, para "segurar a onda" e continuar no governo depois que ele manifestou, mais uma vez, a vontade de deixar o cargo.

Múcio tem dito há algum tempo que está cansado, mas decidiu aproveitar o momento em que o tema da **reforma ministerial** foi posto à mesa para discutir essa possibilidade com o presidente.

O ministro voltou a falar do assunto depois que a Polícia Federal (PF) indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras 39 pessoas, a maioria delas militares, no inquérito do golpe. Agora, acha que sua missão está cumprida. "O País precisa virar essa página", insiste ele.

O governo enviou para o Congresso na última terça-feira um projeto de lei que fixa a idade mínima de 55 anos para a aposentadoria dos militares, a partir de 2032. Atualmente, oficiais podem passar para a reserva com salário integral após 35 anos de serviço. A medida faz parte do pacote de corte de gastos para o ajuste das contas públicas.

No mesmo dia em que o projeto foi encaminhado para o Congresso, Múcio se reuniu com Lula, em São Paulo. Ele chamou o ministro para saber como estava o ambiente na caserna após a prisão do general Braga Netto. Indiciado pela PF por tentativa de golpe, Braga Netto foi titular da Casa Civil e da Defesa e, em 2022, concorreu como candidato a vice-presidente na chapa liderada por Jair Bolsonaro (PL). De acordo com Múcio, a punição a Braga Netto já era dada como certa entre comandantes militares.

CORTES. Ao aventar a possibilidade de deixar a Esplanada, o ministro da Defesa - conhecido por construir pontes políticas - também tem observado que militares estão preocupados com os sucessivos cortes de despesas.

Com a tesourada, não haverá dinheiro para investimentos, nem mesmo para a compra de novo avião presidencial.

Na prática, Múcio é pressionado de um lado pelo PT -

que o vê como porta-voz das Forças Armadas - e, de outro, pela própria caserna, que cobra mais recursos.

Em conversas reservadas, interlocutores de Lula dizem que a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, também tem certa resistência ao ministro desde os ataques de 8 de janeiro de 2023, quando ele propôs um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para que o Exército fosse às ruas.

O presidente é amigo de Múcio há mais de duas décadas. No segundo mandato de Lula, o atual titular da Defesa foi ministro da Secretaria responsável pela articulação política do Palácio do Planalto com o Congresso.

Na reunião da última terça-feira, Lula disse a Múcio que a comunicação do governo vai mudar. Com isso, todas as peças e campanhas publicitárias produzidas pelas Forças Armadas, por exemplo, terão de passar pelo crivo do Ministério da Defesa.

A medida tem o objetivo de evitar problemas como o que ocorreu com a divulgação de um vídeo, exibido nas redes sociais, no qual a Marinha faz uma crítica indireta ao pacote fiscal, que também atingiu as Forças Armadas.

"Privilégios? Vem pra Marinha", afirmava uma jovem no fim da gravação, que mostrava civis em momentos descontraídos, enquanto militares apareciam em treinamento de guerra. A Marinha retirou o vídeo das redes após críticas de Lula e de Múcio. A peça tinha até mesmo um fuzileiro naval que era sócia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

NOMES. Desde que começaram a circular rumores sobre uma eventual saída de Múcio, alguns nomes têm aparecido para ocupar sua cadeira. Na lista estão o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), e até o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSDMG), que deixará o cargo em fevereiro. Nenhum dos dois quer essa pasta.

A hipótese de Alckmin ir para a Defesa já havia sido discutida ainda no governo de transição por interlocutores de Lula, sob o argumento de que ele tem bom relacionamento com a caserna. Alckmin é amigo do comandante do Exército, Tomás Miguel

Paiva, desde os tempos em que era governador de São Paulo.

Pacheco, por sua vez, também tem o nome mencionado para o MDIC, hoje comandado por Alckmin, e até para a Justiça.

Ao menos por enquanto, porém, o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, fica onde está, apesar da rota de colisão com o chefe da Casa Civil, Rui Costa.

Ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Lewandowski está insatisfeito com a demora para a execução de suas propostas, mas não pretende sair agora. No último dia 3, ao comparecer à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara, onde foi cobrado sobre a edição de novo decreto para regular o uso de armas de fogo para caçadores, atiradores e colecionadores (CAC), Lewandowski não escondeu a contrariedade.

"Eu quero manifestar o meu inconformismo por ter sido convocado.

Se eu tivesse sido convidado, eu viria imediatamente", disse o ministro.

Nas últimas semanas, porém, eram tantos os rumores de que Lewandowski substituiria Múcio ou deixaria o governo que ele chegou a pedir para amigos o ajudarem a desmentir os boatos.

Ministro reclamou de 'questões ideológicas

Blindados Em outubro, o ministro da Defesa, José Múcio, afirmou que "questões ideológicas" interferem nos negócios da pasta.

Apesar de não especificar o caso, a declaração foi em referência ao grupo israelense Elbit Systems, que venceu em abril uma licitação para o fornecimento de 36 veículos blindados destinados à artilharia do Exército. O negócio, porém, ficou travado por pendências internas. Entre elas, a posição contrária de Celso Amorim, assessor para Assuntos Internacionais da Presidência.

I 'Hamas' "Houve agora uma concorrência, uma licitação, e venceram os judeus, o povo de Israel.

Mas, por questão da guerra, do Hamas, os grupos políticos, nós estamos com essa licitação pronta, mas por questões ideológicas nós não podemos aprovar", comentou o ministro na ocasião, durante evento da Confederação Nacional de Indústria (CNI).

I Incoerência Críticos da compra argumentam que é

incoerente o governo brasileiro adquirir equipamentos militares de Israel, cujas ações na Faixa de Gaza foram criticadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e alegam que a compra dos obuseiros, por quase R\$ 1 bilhão, poderia financiar os ataques israelenses aos palestinos.

Pelo critério técnico e de menor preço, a companhia de Israel venceu a licitação contra empresas de França, China e Eslováquia.

I TCU Em setembro, o Tribunal de Contas da União (TCU) havia respondido a um questionamento da Defesa afirmando que as leis brasileiras não impedem que as Forças Armadas comprem material de empresas sediadas em países que estejam em guerra e que não há tratados internacionais de que o Brasil seja signatário que criem empecilhos a esse respeito.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator defende votar LOA apenas em fevereiro

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet De Brasília

A **reforma ministerial** que deve ocorrer a partir de janeiro, com a possível troca dos partidos que comandam cada ministério, e a mudança na presidência das comissões do Senado Federal, têm levado o senador Angelo Coronel (PSD-BA) a defender a votação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 apenas em fevereiro, segundo apurou o Valor.

A ideia relatada por ele a interlocutores é esperar o cenário ficar mais "claro" para fechar os acordos para destinação dos recursos para cada área e programa.

Coronel é o relator-geral do Orçamento e é o responsável por negociar a alocação das verbas solicitadas pelas comissões, partidos e pelas cúpulas da Câmara e do Senado.

Na avaliação dele, externada a aliados, haveria o risco de um partido indicar verbas para o ministério controlado atualmente pela sigla e ocorrer troca na reforma prevista para o próximo ano. O PSD é um dos cotados a ganhar mais espaço a partir de fevereiro, com a ida do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), para um cargo no governo Lula (PT).

Outra mudança que ocorrerá no começo do ano é na presidência das comissões temáticas do Senado Federal, que são renovadas a cada biênio. Diferentemente do que ocorre na Câmara, onde os líderes dos partidos que decidem a destinação das emendas de comissão, no Senado os presidentes têm muita influência sobre a indicação de como será usado o recurso.

Ao Valor, o relator negou que o adiamento possa ocorrer por causa da possível **reforma ministerial**, mas confirmou que vê dificuldades para aprovação este ano. "A gente fica até sem saber se programa essa votação da LOA ou não. A LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] ainda não foi nem sancionada, tem esses projetos que mexem com salário mínimo, será que vão à sanção hoje?"

Eu não vou atropelar", disse.

Um dos projetos do pacote fiscal impõe um teto de

2,5% ao aumento real do salário mínimo até 2030. Além de afetar o gasto com pessoal, o salário mínimo tem um forte peso nas contas da previdência e em benefícios sociais.

A alteração gerará uma economia de R\$ 2,2 bilhões para o governo federal em 2025.

O relator tem afirmado que precisará de mais tempo para elaborar o parecer e ajusta-lo também à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as emendas parlamentares ao Orçamento. "Temos que adequar tudo à lei do Supremo.

Isso [definição das comissões] pesa, claro que pesa. Não pode ser de afogadilho", disse.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) inicialmente tinha previsto votar a LOA na quarta-feira, mas adiou à espera do parecer.

A sessão do Congresso agendada para quinta-feira também foi cancelada. Pacheco afirmou que pode convocar sessão até no sábado, mas a maioria dos parlamentares está cética sobre as chances de aprovação ainda em dezembro. "Eu tô sentindo que não há tempo para votar isso neste fim de semana", disse Coronel.

Aliados do governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem procurado o relator para convencê-lo a apresentar o parecer e votar ainda em dezembro o Orçamento. "Dei a minha impressão, como já fui presidente daquela comissão [CMO], da importância de aprovar o orçamento dentro do ano fiscal", disse Lira.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188075>